



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 497/11



EMENTA: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Festival Nacional da Carne Suína realizado no município de Entre Rios do Oeste.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Festival Nacional da Carne Suína que se realiza anualmente entre os dias 18 e 20 de junho no município de Entre Rios do Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 2011


ADEMIR BIER
Deputado Estadual



Justificativa

O município de Entre Rios do Oeste realiza anualmente, no período entre os dias 18 e 20 de junho, o Festival Nacional da Carne Suína, evento marcado pela presença de pratos típicos como o Porco à Paraguaia e Porco à Pururuca.

A quantidade de porções servidas na última edição, entre vendidas e cedidas, chegou a 4.000, com movimento em reais (somente com entradas) de 130 mil reais.

O Organizador do evento é a Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste, que recebe anualmente um número de visitantes superior a 15.000 pessoas, desde 2004, ano da primeira edição.

Trata-se de feriado municipal, em função do aniversário de emancipação. Mas a festa, no entanto, tem três dias a cada edição, sendo ótima oportunidade para socialização, interação, integração das pessoas, divertimento e lazer.

O evento visa dar visibilidade ao Município, que por ser pequeno não atrai muita gente durante o ano. A festa ajuda a promover seu nome e suas peculiaridades, oferecendo à população e aos visitantes a gastronomia local, café colonial, shows culturais, exposição da indústria e comércio e escolha da Miss do município, a qual no último ano conquistou o Miss Paraná Personalidade.

Quanto às programações voltadas a idosos, crianças ou portadores de necessidades especiais, essas são realizadas não somente durante as festividades, mas categoricamente durante o ano, por intermédio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Em relação ao porquê da festa, trata-se de um município que figura entre os maiores produtores de suínos do Brasil e tem na sua história a tradição, desde os colonizadores, deste tipo de pecuária, o que levou a comunidade a comemorar a grande economia derivada dessa cultura.

Pelo exposto, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.



Projeto de Lei nº 497/11

Autor: Deputado ADEMIR BIER

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Festival Nacional da Carne Suína realizado no Município de Entre Rios do Oeste.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, propõe inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado o FESTIVAL NACIONAL DA CARNE SUÍNA, realizado anualmente no Município de ENTRE RIOS DO OESTE, entre os dias 18 a 20 de junho.

Como compete a União, aos Estados e Municípios, legislar concorrentemente sobre assuntos da Cultura, Ensino e Desporto, conforme prevê o artigo 215 da Constituição Federal, para oferecer oportunidade de pleno exercício dos direitos culturais, à população, seja nos Estados ou nos Municípios;

O previsto no artigo 190 da Constituição Estadual, corrobora que a cultura é um direito de todos e por isso deve ser facilitada pelo Estado o acesso à comemorações dessa natureza, consideramos que o Festival Nacional da Carne Suína, apesar de já constar no Calendário da Secretaria de Estado do Turismo divulgando o contido neste evento, como: shows musicais, pratos típicos como Leitão a Entre Rios, Leitão a Pururuca e Porco no Tacho, tendo sido realizado de 17 a 19 de junho de 2011, em sua Oitava Edição, mostrando todo o arrojo, criatividade e pujança da administração daquele Município, merece ser analisado em Plenário e transformado em Lei Estadual, o que proporcionará variantes importantes no futuro, para conquistar recursos públicos ou privados, porquanto será garantida por uma Lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.



CONCLUSÃO

Não é o fato de já constar do Calendário Estadual de Turismo que o objeto não seja passivo de aprovação de uma Lei que servirá para consolidar a data em questão.

Desta forma, não havendo nada que impeça ou obstrua a sua tramitação por esta casa, e também não haja qualquer objeção quanto à sua técnica legislativa, somos de **PARECER FAVORÁVEL à sua tramitação.**

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 2011.


Deputado NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


Deputada CANTORA MARA LIMA
RELATORA





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 497/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Ademir Bier propôs o Projeto de Lei nº 497/11, com o intuito de inserir, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Festival Nacional da Carne Suína" a ser realizada anualmente, no mês de junho, no Município de Entre Rios do Oeste.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria da Deputada Mara Lima, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal. De todo modo, vale ressaltar que a assessoria técnica da Comissão de Constituição e Justiça opinou pelo arquivamento do projeto, tendo em vista que a festa objeto do presente Projeto de Lei já constar no Calendário da Secretaria de Estado do Turismo.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. É possível considerar, dentre os bens imateriais, as comidas que estão enraizadas nas culturas de determinados locais, como é o caso da Carne Suína no Município de Entre Rios.



A maior prova de que a Carne Suína faz parte da cultura do referido Município é o fato de que já existe, no Calendário Oficial do Turismo Religioso do Estado do Paraná, a previsão dessa festa. Portanto, para além não impedir a aprovação do Projeto em questão, este fato apenas corrobora com a necessidade de consolidação da situação, mediante a aprovação deste projeto.

Além disso, conforme se verifica da leitura do art. 215 do texto Constitucional, caberá ao Estado incentivar a Cultura, de modo a possibilitar que todos os cidadãos tenham acesso aos bens materiais e imateriais inerentes a este direito social, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aquelas que fazem parte das culturas típicas da colonização brasileira.

Estado, tal como disposto na Constituição, deve ser entendido de modo amplo, englobando todos os entes federativos, assim como todos os três Poderes independentes. Desse modo, está claro que cabe, também, aos Estados membros, como é o caso do Paraná, o apoio às manifestações culturais, inclusive, por meio do seu Parlamento, com a aprovação de leis que valorizem as festividades que tenham ligação direta com as culturas das diversas regiões de nosso Estado.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.

III – CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. E. 17
Ju.

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


Curitiba, 10 de outubro de 2011.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

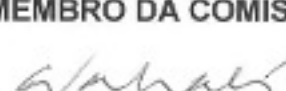

DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 497/2011

Projeto de Lei nº. 497/2011

Autor: Deputado Ademir Bier

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Festival Nacional da Carne Suína que se realiza anualmente entre os dias 18 e 20 de junho no município de Entre Rios do Oeste.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Ademir Bier, tem por objetivo inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado o Festival Nacional da Carne Suína, realizada anualmente, entre os dias 18 e 20 de junho, no Município de Entre Rios do Oeste.

A festa tem como atração principal pratos típicos como o Porco à Parmegiana e o Porco à Pururuca, sendo que na última edição foram servidas quatro mil porções, com movimento de R\$130.000,00 apenas em entradas. É organizado pela Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste, no feriado pela emancipação do Município, e recebe anualmente um número de visitantes superior a quinze mil pessoas.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 30/08/2011, tendo como relator a Deputada Cantora Mara Lima, e da Comissão de Cultura, no dia 10/10/2011, tendo como relator o Deputado Caíto Quintana, sendo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo





agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.


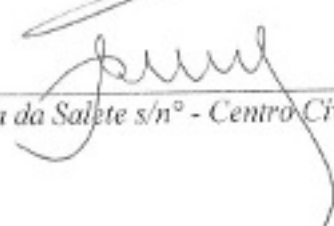
No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

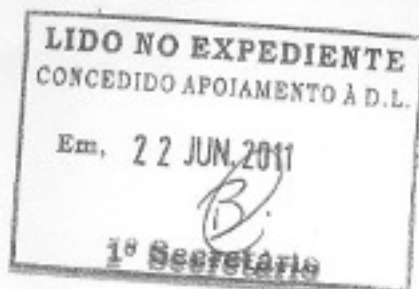
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REINHOLD STEPHANES JUNIOR

Deputado Estadual

D. L.

Fls. 02



PROJETO DE LEI Nº

534/11

SÚMULA: Declara o Município de Terra Roxa a Capital da Moda Bebê, do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica declarado o Município de Terra Roxa a Capital da Moda Bebê do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A denominação de que trata o caput do artigo 1º, será referencial de identidade do Município de Terra Roxa para a captação de recursos ou investimentos referentes à tecidos e congêneres que atendam às necessidades do setor.

Art. 2º A partir da publicação desta lei, o Município de Terra Roxa passará a integrar como Capital da Moda Bebê, no Calendário Oficial de Eventos Industriais, Comerciais e Turísticos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2011.


REINHOLD STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual

10483 22/06/2011 08:48:79 MP REINHOLD STEPHANES JUNIOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

D. L.
Fls. 03
C

O Arranjo Produtivo Local Moda Bebê de Terra Roxa, foi criado em 2004 com o objetivo de unir e fornecer subsídios para o crescimento e aperfeiçoamento das indústrias de confecção infantil instaladas no município, dado amplo potencial e a sua imensa importância social e econômica para a região.

As 48 indústrias especializadas na fabricação de roupas para crianças de zero a um ano instaladas em Terra Roxa são responsáveis por cerca de 30% da economia local e o número de empregos no setor representa aproximadamente 1/3 da população do município.

A produção conjunta destas indústrias é de cerca de 300 mil peças por mês, com faturamento estimado em R\$ 3 milhões de reais.

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa

Décadas de 60 e 70

Economia baseada na agricultura e Pecuária

Décadas de 80 e 90

Crise na Agricultura

Busca de novas alternativas de emprego e renda

Pioneirismo de empreendedores locais

Surgimento das primeiras Indústrias de Confeções - Em ????

Em 2002

Organização das empresas de forma associativa para busca de competitividade - **Empreender**

Início de estudos para agregar valor aos produtos e serviços e ter um diferencial histórico cultural - Resgate da **Ciudad Real del Guayra**

Acrescentar o turismo como opção econômica de emprego e renda - **Rotas Turísticas**

Dinamização das ações para aumento da competitividade do Território - **Inclusão de Terra Roxa no grupo de 13 APL priorizados pelo sistema Sebrae**



Em 2003

Busca de **protagonistas locais e entidades parceiras** que possuíssem interesses no APL

Entendimento dos **papéis** de cada um dos parceiros no contexto do APL

Busca de apoio e parceria junto às **lideranças** locais para o projeto.

Encomenda de estudo de **mestrado** junto à Universidade para aprofundar o conhecimento do APL

Consenso entre Entidades e Lideranças da Importância de se constituir um grupo e elaborar um **projeto** para definir ações

Nivelamento de conceitos e entendimentos entre os participantes - **encontros**

Participação de empresas em conjunto nas feiras e rodadas de negócios - **WestFashion e Fashion Business**

Reconhecimento de lideranças regionais na importância do APL - **Encontro Regional do Polo do Vestuário**

Em 2004

Ratificação por parte dos empresários e Lideranças da importância do projeto para Terra Roxa

Ratificação do Planejamento Estratégico construído em 2003

Realização de **encontros** e um **seminário** para nivelamento de expectativas

Eleição provisória do **Grupo Gestor** do APL - responsável pelas Ações.

Definição da estrutura que terá o **Grupo Gestor**

Definições de Papéis e Responsabilidades dos parceiros na **Oficina de Pactuação do APL** em 19 e 20 de Maio/04

Isto posto, solicito aos Nobres Pares desta Casa de Leis o pleno apoio à matéria aqui elencada, fato este que auxiliará ainda mais a divulgação, e o fomento, corroborando para o crescimento e o desenvolvimento do Município de Terra Roxa que já é destaque no Estado do Paraná e reconhecida no Brasil.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 534/11

Projeto de Lei nº 534/11

Autor: Deputado Reinhold Stephanes Junior

Súmula: Declara o Município de Terra Roxa a Capital da Moda Bebê do Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O MUNICÍPIO DE TERRA ROXA A CAPITAL DA MODA BEBÊ. POSSIBILIDADE. ARTS. 25, § 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 65 e 140 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 33-A, I DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Junior, objetiva declarar o Município de Terra Roxa como Capital da Moda Bebê no Estado do Paraná.

Justifica, em síntese, afirmando que lá estão instaladas 48 indústrias especializadas na fabricação de roupas para crianças de zero a um ano que representam 30% da economia local e emprega cerca de 1/3 da população do referido município, gerando um faturamento mensal estimado em R\$3 milhões de reais.

Finaliza argumentando que o presente projeto auxiliará na divulgação e fomento do município que já é destaque no



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Paraná é reconhecido no Brasil, contribuindo com seu crescimento e desenvolvimento.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Quanto à competência legislativa, primeiramente, consigne-se que a instituição de capital estadual da moda bebê tem por objetivo estimular a iniciativa privada e o desenvolvimento do Município, que entende o nobre Parlamentar autor do projeto que tais serão estimulados.

Assim, trata-se de competência o Estado legislar sobre o tema, conforme dispõe a Constituição Federal, no seu artigo 25, § 1º:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Do mesmo modo que preconiza a Constituição Federal em seu artigo 174, estabelece a Constituição Estadual no artigo 140 que:

Art. 140. Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (grifos apostos)

Destarte, o presente projeto que visa estimular o fomento e incentivo para o Município é amparado constitucionalmente.

Com relação à competência neste âmbito, dispõe a Constituição Estadual que cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa a iniciativa de Lei Ordinária:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição".

Outrossim, por não se tratar de matéria elencada pelo art. 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado, constata-se, destarte, a adequação do proponente às normas pertinentes.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L. 15
Fls. 2

Assim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Ademais, ao examinar a matéria, verifica-se, tanto através da informação fornecida pela Diretoria Legislativa, como pesquisando nos registros no sítio www.alep.pr.gov.br e www.pr.gov.br (legislação), que não existe lei declarando nenhum município do Estado como Capital da Moda Bebê.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Assim, configuradas a **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** deste projeto de lei, opina-se por sua **APROVAÇÃO**.

Salas das Comissões, 27 de SETEMBRO de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 534/11

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado REINHOLD STEPHANES JÚNIOR, tem por objetivo declarar o Município de Terra Roxa a Capital da Moda Bebê do Estado do Paraná.

DA TRAMITAÇÃO

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Este assunto vem sendo de grande interesse à população e ao município, devido ao fato de auxiliar a divulgação e fomento do município que já é destaque no Paraná e reconhecido no Brasil. O Arranjo Produtivo Local criado em 2004 com o objetivo de unir e fornecer subsídios para o crescimento e aperfeiçoamento das indústrias de confecção infantil instaladas no município, dado amplo potencial e a sua imensa importância social e econômica para a região.




DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 534/2011

Projeto de Lei nº. 534/2011

Autor: Deputado Reinhold Stephanes Jr.

Súmula: Declara o Município de Terra Roxa a Capital da Moda Bebê do Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Reinhold Stephanes Júnior, tem por objetivo declarar o Município de Terra Roxa como a "Capital da Moda Bebê do Estado do Paraná", refletindo na identidade do Município como referencial para a captação de recursos ou investimentos referentes a tecidos e congêneres que atendam às necessidades do setor.

O Município conta com quarenta e oito indústrias especializadas na área, que são responsáveis por cerca de 30% da economia local e 1/3 dos seus empregos, perfazendo uma produção conjunta de cerca de trezentas mil peças por mês, com faturamento estimado em três milhões de reais. Criou em 2004 um Arranjo Produtivo, com objetivo de unir e fornecer subsídios para o crescimento e aperfeiçoamento das suas indústrias de confecção infantil e, assim, alavancar o setor.

A festa é organizada pela Prefeitura Municipal, em parceria com a Associação Comercial e Empresarial de Itaipulândia (ACIAI) e com o apoio e envolvimento da Provopar Municipal. São servidos peixes nativos do lago de Itaipu como Piapara, Carpa e Pacu, que são temperados no dia anterior e assados simultaneamente, suspensos por grades, nos carrosséis giratórios. Durante o evento são servidas, em média, três mil porções, perfazendo um movimento financeiro de R\$60.000,00 anuais só com refeições. Simultaneamente ao evento, acontecem atrações como rodeis e shows, atraindo milhares de pessoas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 27/09/2011, tendo como relator o Deputado Fernando Scanavaca e da Comissão de Indústria e Comércio no dia 10/10/2011, tendo como relator o Deputado Toninho Wandscheer e agora esta Comissão é chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.



No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, constatamos que a proposição é uma importante medida para prestigiar a produção do Município de Terra Roxa que, como já apontado anteriormente, se destaca como uma potencia estadual em tal ramo de atividade.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

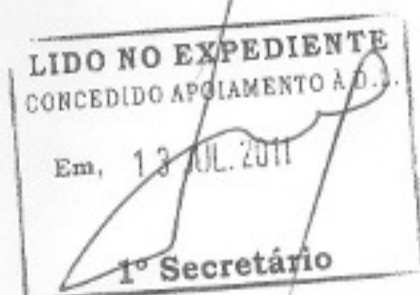


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02



Projeto de
Lei ~~581~~ 2011

Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Nilson Monteiro Menezes, conforme especifica.

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Nilson Monteiro Menezes.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das ^{Sessões} Comissões,

LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A presente medida tem por objetivo conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista Nilson Monteiro Menezes pelo reconhecimento do empenho deste profissional em divulgar os feitos do Estado e aqui viver como um paranaense de verdade.

Importante dizer que o ilustre jornalista nasceu em 26 de outubro de 1951, no Município de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo. Mas adotou o Paraná como seu chão, enraizando-se aqui de maneira definitiva e desde então tem demonstrado respeito pelo Estado, difundindo assim a nossa cultura, as nossas tradições, as nossas e nossas conquistas.

Graduou-se em Letras Franco/Portuguesas, na Universidade de Londrina, em 1977, se especializando em seguida em Comunicação Social, também pela UEL.

Publicou diversos Livros, dentre eles: *Itaipu, a luz; Curitiba vista por um pé vermelho e Ferroeste, um novo rumo para o Paraná*.

Recebeu Menção Honrosa na Bienal do Livro em 1982, melhor cobertura da Bienal Internacional do Livro em 1984 e melhor reportagem econômica da Federação das Indústrias do Paraná.

Nilson Monteiro Menezes já foi reconhecido como Cidadão Honorário de Londrina em 1999 e da Capital do Paraná no ano de 2000.

Na sua caminhada o senhor Nilson foi Membro do Conselho Estadual da Cultura e Presidente do Diretório Central dos Estudantes, Membro da Academia Londrinense de Letras, sempre com o foco nas histórias do Paraná.

Desta feita, peço o apoio dos Nobres Pares na aprovação do presente Projeto de Lei, concedendo-se assim, o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Nilson Monteiro Menezes.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 581/2011

Projeto de Lei nº 581/2011

Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ AO SENHOR NILSON MONTEIRO MENEZES, CONFORME ESPECIFICA.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Nilson Monteiro Menezes.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2010.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

vice presidente
Carla Quintana

DEPUTADO DUILIO GENARI
Relator



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI Nº 684/2011

Súmula: Dispõe sobre o Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil.

Art. 1.º – O Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil do Estado, previsto no artigo 290, da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, passa a ser o constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 16 de agosto de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL - QPPC						2011	2011 a 2014
CARGO	CL	Quanto atual LC 1482 e 8602	Estativo Atual	Vagas quadro atual	Quanto Proposto Projeto de Lei - Assesol	Total Atualizado do Polícia Civil	
Autoridade Policial	1ª	42	40	3	70	20	
	2ª	84	75	10	140	50	
	3ª	126	107	19	210	80	
	4ª	168	139	23	360	132	
Total		420	391	55	780	262	
Escritório de Polícia	1ª	80	56	20	140	60	
	2ª	160	114	46	280	120	
	3ª	240	215	75	420	180	
	4ª	320	281	98	560	240	
Total		800	666	139	1400	600	
Nível Superior	1ª	263	179	123	260	0	
	2ª	526	358	246	520	0	
	3ª	789	536	369	770	0	
	4ª	1172	804	553	1120	0	
Total		2750	1877	1291	2650	0	
Polícia Científica	1ª	40	35	4	50	30	
	2ª	80	70	8	100	20	
	3ª	120	105	12	150	30	
	4ª	160	140	16	200	40	
Total		400	350	40	500	100	
Agente em Operações Policiais	1ª	20	21	2	30	0	
	2ª	40	42	4	60	0	
	3ª	60	63	6	90	0	
	4ª	80	84	8	120	0	
Total		200	210	20	270	0	
TOTAL QPPC		8245	5522	2682	7075	7075	

CARGO	Estimativa Anual	Acrescimo OPR 1º Sem	Custo anual de 1º fase ano 2011
Psicólogo	5	25	502.542,50
Serviço Social	2	25	532.542,50
Administrador	1	12	241.124,40
AP Marketing	1	-	-
Escritório	1	-	-
Faturamento	1	-	-
Médico	3	-	-
Perfiteiro	-	-	-
Tempo de Contabilidade	-	-	-
Eng. do Sól. do Trabalho	-	-	-
Eng. do Sól. do Trabalho	-	-	-
Arquiteto	2	-	-
Analista de Sistema	-	-	-
Téc. em Informática	-	-	-
TOTAL AP	19	62	1.281.809,40
AE - Técnico Administrativo comunitário	31	245	2.004.007,10
TOTAL AP e AE	52	307	3.285.816,50

ESTAGIÁRIO EXTRACURRICULAR Valor Bolsa Auxílio = 4,77 e VT estimado = 2,50 unidade ou 5,00 dias

REGIÃO	PSICOLOGIA	SERVIÇO SOCIAL
CAPITAL	135	10
METROPOLITANA	45	4
INTERIOR	730	65
TOTAL	910	89

PROJEÇÃO DE CUSTOS COM A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

PERÍODO	ACRÉSCIMO Nº DE VAGAS
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011	840
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012	540
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013	390
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014	200
2011 a 2014	1970

Protocolo nº 11.005.830-5

QTD	Salário Base	Salário Anual	ADICIONAL NOTURNO	TOTAL MÊS
375	1.215,01	899	55,25	1.411,37

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 40/2011

Curitiba, 16 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, objetivando dispor sobre o Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil.

O Quadro de servidores policiais civis hoje existente é reduzido e não atende à demanda do serviço policial. Há uma verdadeira escassez de profissionais. O Anexo I, a que se refere o art. 290 da Lei Complementar n.º 14/82, com suas posteriores alterações, principalmente com o advento da Lei Complementar n.º 96, de 12 de setembro de 2002, no que diz respeito às carreiras policiais civis, está completamente defasado.

Até a década de 90, vários distritos administrativos municipais foram elevados à condição de Municípios, e, através da Resolução n.º 460, de 10 de outubro de 1997, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, por força das alterações da divisão política do Estado, resultado da criação e instalação dos novos Municípios, foram transformadas em Delegacias Municipais de Polícia, da estrutura organizacional básica do Departamento de Polícia Civil, as Subdelegacias de Polícia dos distritos administrativos, cujos territórios deram lugar aos novos municípios de Campo Magro, Coronel Domingos Soares, Serranópolis do Iguaçu, Esperança Nova, Perobal, Quarto Centenário, Prado Ferreira, Tamarana, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Marquinho, Porto Barreiro, Reserva do Iguaçu, Maripá, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cruzmaltina, Rio Branco do Ivaí, Imbaú, Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis, Pitangueiras, Pontal do Paraná e Carambei.

Com a transformação, impôs-se a necessidade de lotação de Delegados de Polícia de carreira, acompanhados de seus agentes e auxiliares, cumprindo comando imposto pela Constituição Federal, nas Delegacias de Polícia daqueles municípios, bem assim de outros municípios já existentes que vinham sendo dirigidos por Assistentes de Segurança e Suplentes de Delegado, em razão da insuficiência do número de cargos de Delegado de Polícia, fixados em anexo da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, com a redação introduzida pela Lei Complementar n.º 53, de 2 de janeiro de 1991, que incorporou os cargos dos quadros femininos ao quadro único da carreira.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

GABINETE DO GOVERNADOR



Além disso, diariamente, recebemos comunicações das mais variadas unidades policiais civis do Estado, que relatam a carência extrema de profissionais. Para se estabelecer uma escala de plantão, a dificuldade é enorme. Geralmente, a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas é ultrapassada. Priorizam-se os procedimentos relativos à prisão em flagrante, não havendo continuidade nos Inquéritos Policiais instaurados e, no mais das vezes, os prazos das investigações são extrapolados, fazendo com que tal procedimento "arraste-se" por anos, num estranho vai e vem Polícia-Judiciário-Ministério Público-Polícia.

Deste modo, ficam sobremaneira prejudicados os serviços de Polícia Judiciária, ante à demanda do serviço policial, pois não há servidores policiais civis ocupantes dos cargos de Delegado de Polícia e Escrivão de Polícia suficientes para que se dê vazão a este serviço. Fica o serviço policial-civil prejudicado e fica a população também prejudicada no que tange à questão da Segurança Pública.

Como é necessário oferecer um mínimo de condições para o desempenho da atividade-fim de Polícia Judiciária, verificamos que os agentes públicos da carreira de Papiloscopista também prestam relevantes serviços à comunidade.

Mas, principalmente no interior do Estado, muitas cidades se encontram desguarnecidas das atividades desses profissionais. Não raro é um servidor público municipal estar desempenhando tarefas afetas a um Papiloscopista, quando coleta impressões digitais e encaminha todos os papéis inerentes ao processo de identificação.

Também, o serviço de identificação de criminosos ou exames de locais de crime, bem como os serviços de natureza pericial que lhes são cometidos, ficam prejudicados, quando não há servidores devidamente habilitados para exercer esse mister.

No entanto, já decorridas quase três décadas, o número de policiais civis se manteve inalterado, tornando-se imperioso, na melhor distribuição dos cargos das diversas carreiras que haja, no mínimo, 2 (dois) Escrivães de Polícia para cada Delegacia de Polícia e, ao menos, 1 (um) Papiloscopista para proceder à coleta de impressões digitais nos locais de crime e elaboração dos respectivos laudos periciais na área de identificação papiloscópica.

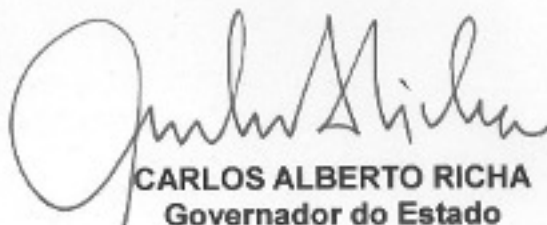
Deste modo, para que o serviço de Polícia Judiciária seja ágil, eficiente, e possa ser prestado da melhor forma possível para a comunidade, com respostas rápidas e ações mais marcantes, é fundamental o aumento no Quadro Próprio da Polícia Civil, na proporção, forma e quantitativo constantes do anexo à presente justificativa.

GABINETE DO GOVERNADOR



Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Medidas a Curto Prazo (ano 2011)									
Nomeação Legislativa Vigente	CARGO	QTDE	REMUNERAÇÃO + ENCARGOS	TOTAL MENSAL	T. L. ANUAL (out a dez.)	OBS.	Acréscimo de Pessoal	Proj. nº	Acréscimo Custo Anual
	Escritório de Polícia	25	3.562,67	89.066,35	267.199,05	São das propostas substituídas logo não tomaram posse prof. nº 10642/02-7 e ampliação de vagas prof. nº 10414884-6	695	10642/02-7 e 10614884-6	6.682.234,60
	Investigador de Pol.	667	3.351,81	2.127.657,20	6.382.971,60				
	Papiloscopista	3	3.562,67	10.688,01	32.064,03				
a efetivação da proposta será gradual									
Aumento QPPC projeto de Lei	CARGO	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA ENTRE QUADRO ATUAL E PROJ.08/10	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL			
	Delegado de Polícia (1ª a 4ª)	420	780	360	5.312.353,80	63.748.245,40			
	Escritório de Polícia (1ª a 4ª)	800	1400	600	2.569.740,00	30.836.880,00			
	Papiloscopista (1ª a 4ª)	400	500	100	428.250,00	5.139.000,00			
	Total	1620	2680	1060		99.724.605,40			
a efetivação da proposta será gradual									
Aumento QPPC projeto de Lei	CARGO	QTDE	REMUNERAÇÃO + ENCARGOS	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL				
	Papiloscopista	97	3.562,67	345.578,99	4.146.947,80	solidificação somente depois da Lei da alteração do quadro			
	Delegado de Polícia	40	14.191,56	567.662,40	1.702.957,20	Abertura de concurso prof. nº 11.006.871-9 29 vagas	137		5.849.935,00
Total QPPC									
							832		R\$ 12.532.169,60
Estágio extracurricular remunerado	Região	PSICOLOGIA	SERVICO SOCIAL	ADM./ DIREITO	CUSTO MENSAL PAGAMENTO	CUSTO MENSAL VALE TRANSPORTE	TOTAL ANUAL (jul. a dez.)		
	Capital	134	19	3	85.760,00	15.600,00	608.160,00		
	Metrop.	48	4	12	34.916,40	5.400,00	241.896,40		
	Interior	730	65	547	767.588,40	130.700,80	5.389.735,20		
	Total	910	88	562	888.264,80	151.700,80	6.239.793,60		
a efetivação da proposta será gradual									
Total QPPC									
							390		1.559.948,40
a efetivação dos estágios em 2011 será de:									
Nomeação de pessoal do QPPE	TOTAL	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO + ENCARGOS	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL (jul. a dez.)				
	25	Psicólogo	3.348,95	83.723,75	502.342,50				
	25	Serviço Social	3.348,95	83.723,75	502.342,50				
	12	Administrador	3.348,95	40.187,40	241.124,40		62	11005776-8	1.245.909,40
	246	AE- Técnico Administrativo	1.371,59	337.411,14	2.024.466,80		246		2.024.466,80

D. L.

Fls. 09

11005776-8

Total de provimento no ano de 2011

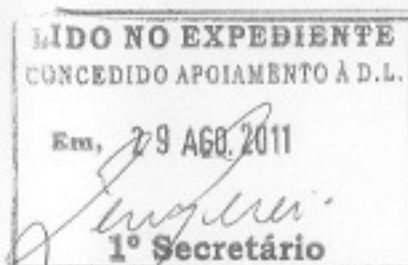
2362

R\$ 29.894.543,00



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 16 de agosto de 2011
OF CEE/G 122/11



I. À DAP p/ leitura no expediente.
II. À DL p/ publicação
E. 29. agosto 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 40/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
dispõe sobre o Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/GAM/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jaci Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:30 29/08/2011 0066668 WY 00000000 LEGISLATIVO DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 684/11

Projeto de Lei nº. 684/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 040/11

Súmula: Dispõe sobre o Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O QUADRO PRÓPRIO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13, 46, 47, 65, 66 E 87 DA CE. ART. 1º LC 14/82. ARTS. 29, 33, 124 E 137 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo dispõe sobre o Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada: . •

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

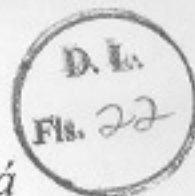
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Destarte, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



É de competência concorrente da União e Estados dispor sobre organização, garantia, direitos e deveres da Polícia Civil, nos termos do artigo 13, inciso XVI, da Constituição Estadual:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XVI - organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.

Ainda, a Constituição do Estado do Paraná estabelece:

Art. 46. A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:[]

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica.

Parágrafo único: O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

Art. 47. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, preferencialmente da classe mais elevada da carreira, é instituição permanente e essencial à função da Segurança Pública, com incumbência de exercer as funções de polícia judiciária e as apurações das infrações penais, exceto as militares.

§ 1º. A função *policial civil fundamenta-se na hierarquia e disciplina.

§ 2º. O Conselho da Polícia Civil é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 23

ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais civis.

§ 3º. Os cargos policiais civis serão providos mediante concurso público de provas e títulos, observado o disposto na legislação específica.

Além disso, a Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, aduz em seu artigo 1º:

Art. 1º. A Polícia Civil é a unidade de execução programática da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, com vínculo de subordinação hierárquica ao respectivo Secretário de Estado.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração, servidores públicos do Poder Executivo, organização e funcionamento da administração estadual, bem como provimento dos cargos públicos estaduais, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 24

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

XVI - prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o mesmo foi devidamente apresentado.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Não obstante, tendo em vista a exclusão de parte da redação do Artigo 2º do Projeto de Lei ora em tela, por redundância, propõe-se a seguinte Emenda Supressiva, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 25

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

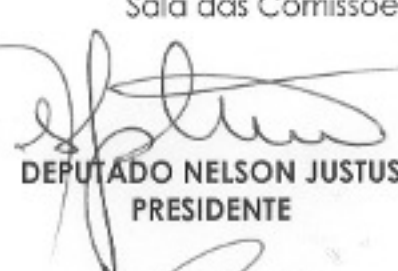
Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.


§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA SUPRESSIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

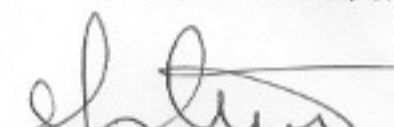
D. L.
Fls. 26


EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 684/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor em sua data de publicação.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 684/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 40/11, que objetiva dispor sobre o Quadro Próprio de Pessoal da Polícia Civil, previsto no art. 290, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se plenamente justificada. Saliente-se ainda, que a matéria encontra-se em consonância com o art. 66 da Carta Estadual, onde pode-se constatar a competência do Poder Executivo de apresentar Projetos dessa natureza.

De igual modo, observe-se que a implementação constante da presente proposta, não fere as disposições estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Desta forma, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

16/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ

D. L.
Fls.

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 684/2011

MENSAGEM nº 040/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, Dispõe sobre o Quadro Próprio da Polícia Civil.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável com emenda supressiva da Douta Comissão de Constituição e Justiça.


Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 17 de Novembro de 2011.


Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Elio Rusch
Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ

D. L.
Fls.

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 684/2011

MENSAGEM nº 040/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, Dispõe sobre o Quadro Próprio da Polícia Civil.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável com emenda supressiva da Douta Comissão de Constituição e Justiça.


Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 17 de Novembro de 2011.


Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Elio Rusch
Relator





DAP



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO



Requer "Regime de Urgência" para a votação do Projeto de 684/11, oriundo da Mensagem Governamental 040/11 conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 684/11, oriundo da Mensagem 040/11 e que dispõe sobre o quadro próprio de pessoal da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2011.


Deputado Mauro Moraes
Presidente Com. De Segurança Pública

Anota - 4 a
Junta em do
Respectivo Projeto
Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

PROJETO DE LEI N.º 820/2011

Súmula: Institui o Conselho Estadual de Cultura – CONSEC e adota outras providências.

TÍTULO I
Das Finalidades

Art. 1º. O Conselho Estadual de Cultura reger-se-á por esta Lei, caracterizado como órgão colegiado, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas públicas de cultura do Estado do Paraná.

TÍTULO II
Da Composição

Art. 2º. O Conselho Estadual de Cultura constitui-se por 28 (vinte e oito) membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:

I – O Secretário de Estado da Cultura, na qualidade de Presidente;

II – 13 (treze) membros titulares escolhidos pelo Poder Executivo Estadual, sendo:

a) 05 (cinco) membros selecionados entre funcionários efetivos ou detentores de cargo em comissão, em exercício na Administração Pública Estadual;

b) 01 (um) representante das Universidades Estaduais;

c) 01 (um) representante escolhido dentre os gestores de cultura das seguintes organizações: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

d) 06 (seis) representantes selecionados entre os gestores municipais de cultura.

III – 14 (quatorze) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 06 (seis) representantes das regiões histórico-culturais do Paraná e 08 (oito) representantes das seguintes áreas, assim estabelecidas:

a) artes cênicas;

- b) artes visuais;
- c) audiovisual;
- d) dança;
- e) literatura, livro e leitura;
- f) música;
- g) patrimônio cultural material e imaterial; e
- h) manifestações populares, tradicionais e étnicas da cultura.

§ 1º. Os integrantes descritos nos incisos II e III serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º. Os membros a que se refere o inciso III serão eleitos em Conferência Estadual de Cultura, convocada pelo Governador do Estado e regulamentada, por meio de edital, pelo Secretário de Estado da Cultura.

§ 3º. Para efeito desta Lei, serão estabelecidas 06 (seis) macrorregiões no âmbito do Estado do Paraná, a serem definidas por Decreto governamental.

Art. 3º. Havendo a necessidade, o CONSEC criará Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, de caráter temporário, com o objetivo de fornecer subsídios para a tomada de decisão nos temas específicos, transversais ou emergenciais.

Art. 4º. O Conselho contará com um Secretário Executivo a ser indicado por seu Presidente, entre os funcionários que compõem o Gabinete do Secretário de Estado da Cultura.

Título III **Das Competências**

Art. 5º. Ao Conselho Estadual de Cultura compete:

- I – participar da formulação das políticas públicas do Governo do Estado do Paraná na área da cultura;
- II – cooperar com os conselhos de política cultural nas esferas municipal, estadual e federal;

- III – estimular a formação de redes e sistemas setoriais em todas as áreas culturais;
- IV – estabelecer orientações e moções pertinentes aos objetivos e atribuições relacionadas à cultura;
- V – emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhes sejam submetidas pelo Secretário de Estado da Cultura ou pelos membros do CONSEC;
- VI – promover a cooperação técnica e parcerias com a sociedade civil organizada;
- VII – incentivar a proteção do patrimônio cultural;
- VIII – valorizar as manifestações culturais locais e regionais;
- IX – incentivar pesquisas sobre a cultura paranaense;
- X – definir critérios e propor a formação de comissões específicas, grupos de trabalho e congêneres, sempre que necessário, visando ao cumprimento das atividades relativas às suas competências;
- XI – participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de Cultura;
- XII – fiscalizar a aplicação dos recursos oriundos das transferências entre os entes da federação;
- XIII – acompanhar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura;
- XIV – participar da formulação do Plano Anual de Ações e da definição e aprovação dos editais do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná – PROFICE;
- XV – analisar e sancionar a prestação de contas da execução do Plano Anual de Ações e do PROFICE;
- XVI – acompanhar o funcionamento do Sistema Estadual de Informações Culturais;
- XVII – dar parecer sobre normas e critérios do cadastramento dos agentes culturais do Paraná;
- XVIII – ratificar o edital que regulamenta a Conferência Estadual de Cultura; e
- XIX – elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Estadual de Cultura.

TÍTULO IV **Do Funcionamento**

Art. 6º. As reuniões do Conselho Estadual de Cultura serão bimestrais, salvo as extraordinárias.

Art. 7º. As decisões proferidas pelo Conselho, por maioria simples de votos, com exceção das matérias que exijam quorum qualificado nos Termos do Regimento Interno do Conselho, serão reduzidas a termo, na forma de atos, deliberações e resoluções, devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Cultura.

Parágrafo único. Ao Presidente do CONSEC caberá o voto de qualidade, nas deliberações que exigirem desempate.

Art. 8º. A função de membro do Conselho Estadual de Cultura não será remunerada, sendo considerada de relevante serviço prestado ao Estado.

Parágrafo único. Nos casos em que o Conselheiro seja servidor público estadual, o desempenho de suas funções no Conselho terá prioridade sobre outras que eventualmente exerça no serviço público estadual.

Art. 9º. As reuniões do CONSEC serão instaladas mediante presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 10. O suplente substituirá o Conselheiro titular nos casos de impedimento, perda de mandato, morte, renúncia ou impossibilidade comprovada do Conselheiro em participar dos trabalhos, cabendo ao Presidente declarar aberta a vaga e a convocação imediata de seu suplente.

Art. 11. A perda do mandato de Conselheiro dar-se-á pelo exercício simultâneo de funções incompatíveis ou pela ausência contínua, sem prévio pedido de licença ou apresentação de justificativa aceita, por mais de duas sessões plenárias consecutivas ou por quatro sessões plenárias alternadas durante o mandato.

Art. 12. Fica a Secretaria de Estado da Cultura autorizada a prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, através de recursos humanos, materiais e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Cultura.

Parágrafo único. Os Conselheiros vinculados ao CONSEC terão o custeio das despesas referentes à hospedagem, alimentação e ao deslocamento, a fim de atender à convocação das reuniões bimestrais ordinárias ou extraordinárias, cumprindo-se os procedimentos legais estabelecidos.

TÍTULO V
Das Disposições Finais

Art. 13. O Conselho aprovará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 67/2011

Curitiba, 18 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação de um novo Conselho Estadual de Cultura – CONSEC.

O Conselho Estadual de Cultura – CONSEC foi instituído pelo Decreto n.º 4.318 de 19/09/1973, modificado pelos Decretos n.º 3.033 de 07/06/1984, 10.147 de 17/02/1987 e 1.083 de 18/08/95.

Porém, o Conselho estava inativo e seria necessária uma reformulação com vistas à estruturação do Sistema Estadual de Cultura, que permitirá ao Estado integrar-se ao Sistema Nacional de Cultura.

O Conselho Estadual de Cultura – CONSEC caracterizar-se-á como órgão colegiado, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas de cultura do Estado do Paraná.

A constituição do Conselho também é uma demanda dos agentes culturais, solicitando maior participação e representatividade na construção de uma política cultural para todos os paranaenses.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Prot. 11.131.248-6 lhph

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

Além disso, a Secretaria de Estado da Cultura, vislumbrando a transparência no processo de elaboração do Anteprojeto de Lei que institui o Conselho Estadual de Cultura, tendo a participação de Deputados da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Paraná, realizou cinco audiências públicas nos Municípios de Cornélio Procopio, Cianorte, Medianeira, Irati e Curitiba, criando uma instância de debate, onde a sociedade civil pode fazer considerações a respeito da proposta de lei do CONSEC.

Dessa forma, espera-se que com a criação deste novo modelo de Conselho, construa-se mais um pilar do Sistema Estadual da Cultura, fundamental na formulação de políticas públicas e na definição das diretrizes da política cultural do Paraná.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 18 de outubro de 2011
OF CEE/G 165/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 18/10/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 67/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a instituição de um novo Conselho Estadual de Cultura – CONSEC.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

17/22 18/10/2011 088431 DMF ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DO PRONAC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 20

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 820/11

Projeto de Lei nº. 820/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 67/11

Súmula: Institui o Conselho Estadual de Cultura – CONSEC e adota outras providências.

EMENTA: INSTITUI O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONSEC NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65 e 66 DA CE. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo instituir no âmbito do Estado do Paraná o Conselho Estadual de Cultura – CONSEC, caracterizado como órgão colegiado, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas públicas de cultura do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 21

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 22

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito financeiro, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

(Grifos Nossos)

Além do mais, o referido assunto (instituir Conselho Estadual de Cultura) aborda **tema de competência privativa do**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 23

Governador do Estado, conforme a própria Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

[Grifos Nossos]

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal nº. 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


D. L.
Fls. 24

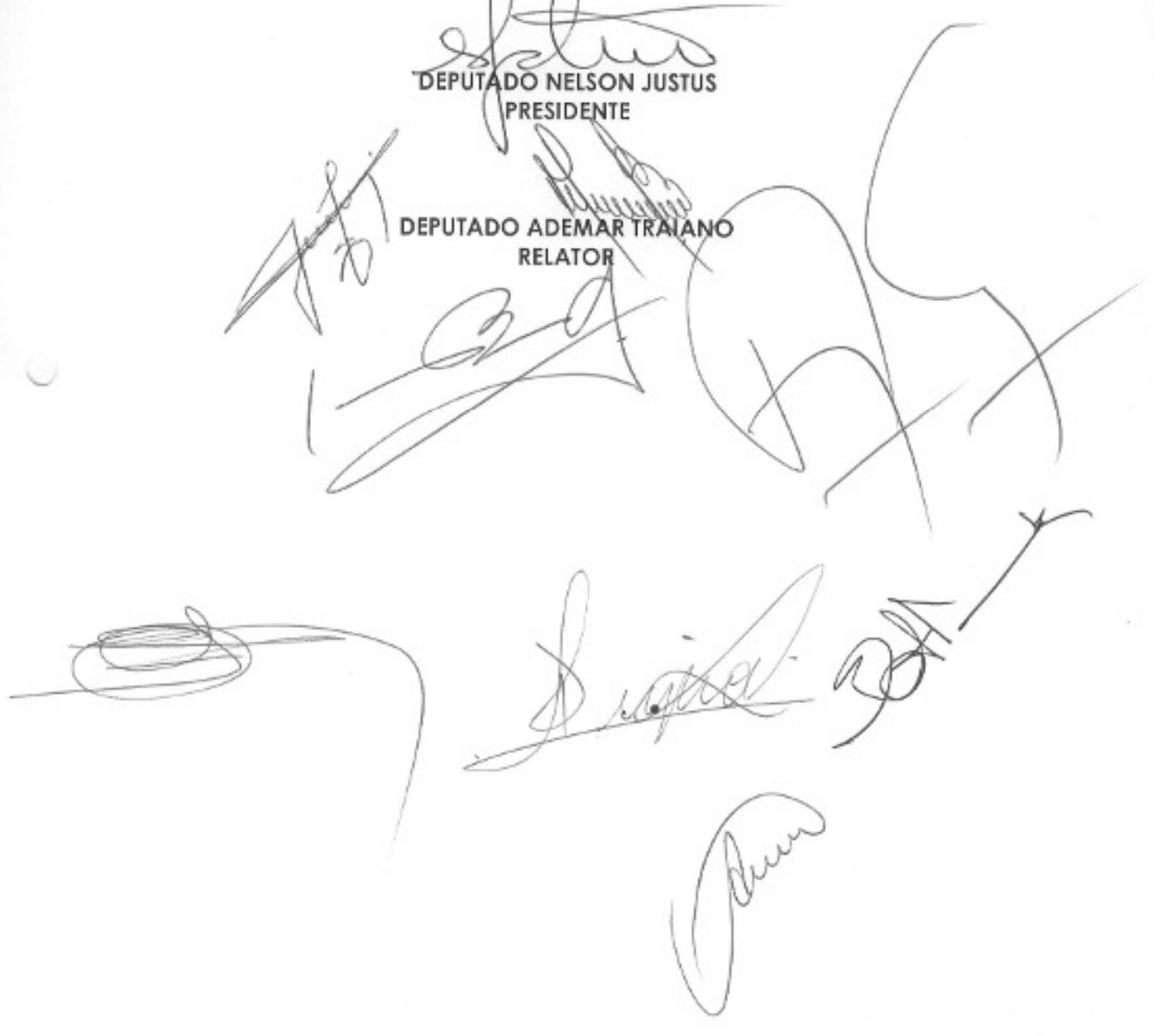
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 820/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 67/11, que institui o Conselho Estadual de Cultura – CONSEC, caracterizado como órgão colegiado, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas públicas de cultura do Estado do Paraná.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão atende aos preceitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ainda, observe-se que a instituição de Conselho Estadual de Cultura, objeto da referida proposta, está em consonância com o art. 66, IV, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Isto posto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL.** . •

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Sala das Comissões, 16/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR







COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 820/11

I – SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de Mensagem Enviada pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Paraná, autuada como Projeto de Lei nº 820/11, que tem como objeto a instituição do Conselho Estadual de Cultura, além de adotar outras providências.

Tão logo houve a sua autuação, o Projeto foi enviado para a análise da Comissão de Constituição e Justiça. Nesta Comissão, a relatoria foi entregue ao Deputado Líder do Governo na Casa, Ademar Traiano. O parecer exarado pelo relator na CCJ é pela Constitucionalidade da Lei. Após, submetido à votação, mereceu aprovação.

Nesse contexto, a Diretoria Legislativa enviou o Projeto à Comissão de Finanças, ficando a sua análise a cargo do ilustre Deputado Waldyr Pugliesi. De igual modo, mereceu parecer pela aprovação, sendo aprovado tão logo submetido à votação.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

Preliminarmente, cabe esclarecer que a competência desta Comissão de Cultura para a análise deste Projeto é indubitosa. Conforme estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento

(Assinaturas manuscritas)



cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico. O presente Projeto que institui o Conselho Estadual de Cultura trata de todos os assuntos mencionados no Regimento Interno como de competência desta Comissão.

Pois bem, com relação ao mérito, destaca-se que houve a realização de audiências públicas acerca desta matéria, ainda antes do envio do Projeto a esta Assembleia. Isso, por si só, merece ser reconhecido como algo positivo, na medida em que possibilitou o debate sobre a matéria.

Aliás, o Conselho da Cultura merece amplo debate, posto que terá caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador. Ou seja, as políticas públicas vinculadas à área da Cultura, em nosso Estado, serão definidas nesse Fórum de Debate, o que implica na necessidade de pluralidade na sua composição, dando acesso aos mais diversos segmentos da sociedade.

É enriquecedor, vale destacar, a criação de um órgão plural com tais poderes, tendo em vista que auxilia no fortalecimento da política cultural paranaense, concretizando o que fora determinado pelo Poder Constituinte Originário na Constituição Federal de 1988, a respeito da Cultura, incluída no rol dos direitos sociais que devem ser garantidos aos cidadãos. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais. Isto é, a Constituição Federal estabeleceu as diretrizes básicas para que o legislador ordinário pudesse auxiliar na concretização dos direitos⁸ garantidos em sede constitucional, conforme lição de Alexandre de MORAES: "Os preceitos legais deverão ter como meta a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais; a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura



em suas múltiplas dimensões; a democratização do acesso aos bens de cultura e a valorização da diversidade étnica e regional."¹

É justamente todas as diretrizes mencionadas pelo referido constitucionalista que o Conselho Estadual de Cultura, quando em pleno funcionamento, poderá concretizar.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, podendo efetivar o acesso à cultura por parte da sociedade paranaense.

De resto, no que diz respeito à emenda sugerida pelo Deputado Péricles de Mello, **encampada por todos os demais membros da Comissão**, nada de incompatível possui com o texto do projeto, servindo apenas para aperfeiçoar o projeto.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, **conforme emenda modificativa anexa**, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

PRESIDENTE

MARLA TURECK

RELATORA

¹ MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*, 24 ed. São Paulo: Atlas, 2009. P. 834.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 33

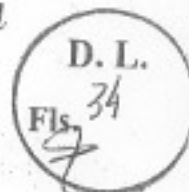
Rasca
DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO

Bernardo Carli
DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO

Caio Quintana
DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO

Teruo Kato
DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



Súmula: Altera o art. 2º e incisos do Projeto de Lei nº 820/2011, de autoria do Poder Executivo, que institui o Conselho Estadual de Cultura.

Com base no art. 136, § 4º¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apresenta-se a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 820/2011, de autoria do Poder Executivo, passando o seu art. 2º a ter a seguinte redação:

Art. 2º. O Conselho Estadual de Cultura constitui-se por 36 (trinta e seis) membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:

I – O Secretário de Estado da Cultura, na qualidade de Presidente;

II – 17 (dezessete) membros titulares escolhidos pelo Poder Executivo Estadual, sendo:

- a) 05 (cinco) membros selecionados entre funcionários efetivos ou detentores de cargo em comissão, em exercício na Administração Pública Estadual;
- b) 01 (um) representante das Universidades Estaduais;
- c) 01 (um) representante das Universidades Federais localizadas no Paraná;
- d) 01 (um) representante escolhido dentre os gestores de cultura das seguintes organizações: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- e) 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP);
- f) 08 (oito) representantes selecionados entre os gestores municipais de cultura;

¹ Art. 136. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

(...)

§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



III – 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 08 (oito) representantes das regiões histórico-culturais do Paraná e 10 (dez) representantes das seguintes áreas, assim estabelecidas:


- a) Teatro;
- b) Ópera;
- c) Circo;
- d) artes visuais;
- e) audiovisual;
- f) dança;
- g) literatura, livro e leitura;
- h) música;
- i) patrimônio cultural material e imaterial; e
- j) manifestações populares, tradicionais e étnicas da cultura;




§ 1º. Os integrantes descritos nos incisos II e III serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução;

§ 2º. Os membros a que se refere o inciso III serão eleitos em Conferência Estadual de Cultura, convocada pelo Governador do Estado e regulamentada, por meio de edital, pelo Secretário de Estado da Cultura.

§ 3º. Para efeito desta Lei, serão estabelecidas 08 (oito) macrorregiões no âmbito do Estado do Paraná, a serem definidas por Decreto governamental.

Sala de Sessões, 28 de novembro de 2011.


PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 820/11

Projeto de Lei nº 820/11

Autor da emenda: Comissão de Cultura – Deputado Péricles de Mello

Súmula: Institui Conselho Estadual de Cultura – CONSEC e adota outras providências.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O ART. 2º E INCISOS DO PROJETO DE LEI Nº 820/11. POSSIBILIDADE. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tinha como objetivo instituir o Conselho Estadual de Cultura – CONSEC e adotar outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Ademar Traiano.

Ocorre que, recebeu Emenda Modificativa da Comissão de Cultura, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda modificativa foi proposta na Comissão de Cultura.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pela Comissão de Cultura de autoria do Deputado Péricles de Mello, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a votação dos Projetos de Lei 616/11, 820/11, 822/11, 887/11, 889/11, 909/11 e 943/11, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projeto de Lei 616/11, 820/11, 822/11, 887/11, 889/11, 909/11 e 943/11, todos oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2011.


Deputado **Marcelo Rangel**

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

*Anota de
Então as cópias
para o processo
dos respectivos projetos...*


Mauro Ribeiro Borges
Secretário

PROJETO DE LEI N.º 322/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 350,000,000.00, junto ao BIRD, para financiamento do Projeto Multissetorial Para o Desenvolvimento do Paraná.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 350,000,000.00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Parágrafo único. Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo obedecerão as normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica financeira da União, observadas as condições propostas pelo Agente Financeiro.

Art. 2.º A Operação de Crédito de que trata esta Lei será garantida pela República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. Para obter garantia da União na referida operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da União, podendo, para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas no momento suficiente para cobrir a amortização e encargos financeiros da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 3.º Deverão ser consignadas dotações próprias no Orçamento-Geral do Estado para o pagamento do serviço da dívida decorrente da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 4.º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

I – firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná;

GABINETE DO GOVERNADOR



II – abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recursos as formas previstas no § 1.º, do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do projeto.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 18 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 72/2011

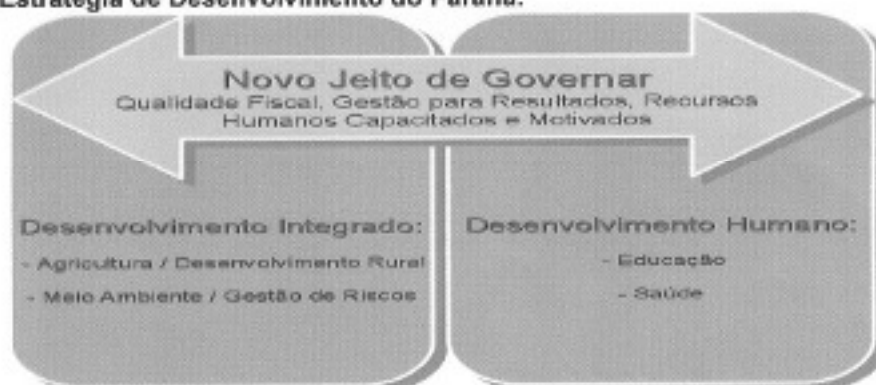
Curitiba, 18 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 350,000,000.00, junto ao BIRD, para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

O Projeto proposto tem por finalidade apoiar o Governo do Paraná na modernização da gestão do setor público com objetivo de tornar o acesso às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano no Estado menos desigual. Ele apoiará uma abordagem integrada para promover o desenvolvimento e qualidade de vida no Estado, com especial atenção para as áreas com menor desempenho econômico e humano, por meio de ações distribuídas em três componentes: Novo Jeito de Governar, Desenvolvimento Integrado e Desenvolvimento Humano.

Figura 2 - Estratégia de Desenvolvimento do Paraná.



Fonte: CDG/SEPL

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2485 Fax: 41 3350-2476

I - Novo Jeito de Governar: componente transversal, cujo objetivo é apoiar o fortalecimento da área fiscal e de gestão do setor público, com a introdução de uma gestão voltada a resultados. Esta postura, responsável e inovadora, deverá ser construída a partir do desenvolvimento das competências de gestão, da renovação dos métodos de trabalho e das estruturas de Governo, numa verdadeira nova gestão, voltada a resultados efetivos. A estratégia proposta no Plano de Ação Governamental visa promover o desenvolvimento integrado no Paraná, por meio do desenvolvimento social e econômico sustentável, educação, infraestrutura e logística, e preservação do meio ambiente. O resultado deve convergir para a desconcentração do desenvolvimento e aumento da riqueza por metro quadrado.

II - Desenvolvimento Integrado: componente voltado a apoiar iniciativas para o desenvolvimento econômico sustentável no Estado, com foco na melhoria do equilíbrio regional de desenvolvimento e tendo como base princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Visando potencializar as iniciativas de desconcentração do desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida das populações nas regiões menos desenvolvidas, este eixo apoiará também intervenções na área de desenvolvimento rural, meio ambiente e gestão de riscos de desastres naturais e antrópicos. Estão incluídas tanto intervenções localizadas para a melhoria do desenvolvimento rural, bem como de infraestrutura para o planejamento de intervenções mais amplas voltadas para a estruturação de um melhor sistema de logística de transportes nos municípios.

III - Desenvolvimento Humano: componente cujo objetivo é apoiar a melhoria da prestação de serviços essenciais à qualidade de vida da população, com destaque para saúde e educação. Estes componentes serão integrados pelos programas constantes do quadro abaixo.

Quadro 2 – Estrutura do Projeto

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ O NOVO PARANÁ			
COMPONENTES	UM NOVO JEITO DE GOVERNAR	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	DESENVOLVIMENTO HUMANO
PROGRAMAS	<ul style="list-style-type: none"> - Modernização Institucional e Gestão para Resultados; - Recursos Humanos Capacitados e Desenvolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão e Desenvolvimento Territorial; - Gestão de Água e Solo Rural em Microbacias; - Modernização do Licenciamento, Outorga, Monitoramento e Fiscalização do Meio Ambiente; - Sistema de Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Mãe Paranaense; - Rede de Atenção às Urgências e Emergências; - Sistema de Avaliação da Aprendizagem; - Formação em Ação; - Renova Escola.

Fonte: CDG/SEPL

O valor global estimado do projeto é de US\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), sendo que a contrapartida local perfaz US\$ 633.000.000,00 (seiscentos e trinta e três milhões de dólares norte-americanos).

O cronograma de execução do projeto será de três anos, com previsão de início para o segundo semestre de 2012, ficando na sua coordenação a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL e na coexecução as Secretarias de Estado da Saúde – SESA; da Fazenda – SEFA; da Educação – SEED; do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA; da Agricultura e do Abastecimento – SEAB; e da Administração e da Previdência – SEAP.

Esclarecemos, ainda, que essa operação de crédito está prevista no Termo de Entendimento Técnico celebrado entre o Governo do Paraná e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), constante do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para o período de 2011 a 2013, como complemento ao Contrato de Renegociação da Dívida do Estado com a União.

1. CONTEXTO ESTADUAL

Apesar dos expressivos avanços alcançados pelo Estado do Paraná nas últimas décadas, persiste, ainda, um conjunto de problemas sintetizados a seguir e que necessitam de um novo olhar e tratamento por parte do Governo Estadual:

- o desenvolvimento do Paraná é heterogêneo e concentrado;
- a população economicamente ativa deixa os pequenos municípios, que são os menos desenvolvidos, porque lá não encontra oportunidades, principalmente de educação, saúde e emprego;
- ao migrar, a população torna o desenvolvimento local ainda mais difícil por privar os pequenos municípios de sua principal riqueza potencial, o capital humano, o que gera desperdício de suas potencialidades produtivas;
- esses municípios sofrem, ainda, com a persistência de um perfil institucional deficitário e com serviços inexistentes ou de baixa qualidade (ex: saúde);
- as populações que migram, por sua vez, aumentam a pressão por infraestrutura e serviços nas regiões de destino, mais concentradas e desenvolvidas;
- deslocando o foco de investimentos previstos – das regiões de origem para as de destino – os movimentos migratórios dificultam o planejamento estratégico e perpetuam os problemas nos pequenos municípios;
- ao incharem desordenadamente, as regiões mais desenvolvidas não conseguem atender à nova demanda, criando uma situação insolúvel, na qual os pequenos municípios ficam sem a população e sem estrutura, e os maiores centros, com excesso de gente e igualmente sem infraestrutura;
- os centros mais desenvolvidos, já demandados em grande escala, em razão das alterações do perfil demográfico da população, não conseguem produzir oportunidades e serviços em escala necessária;
- nesse processo prevalece um quadro de desigualdades graves entre as regiões do Paraná, com carências sociais mesmo nos territórios mais desenvolvidos;

GABINETE DO GOVERNADOR



- a consequência mais visível é a de uma sociedade mergulhada numa situação de insegurança e violência, que atinge, sobretudo, os mais jovens.

Para viabilizar a resolução desse conjunto de problemas, houve a construção do Projeto Multissetorial Para o Desenvolvimento do Estado do Paraná, cuja implementação contará com recursos captados junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Tal projeto abrange segmentos de ação importantes: gestão pública, desenvolvimento regional, gestão do uso do solo do meio rural, gestão de riscos de desastres naturais e atômicos, gestão de recursos naturais, saúde e educação.

Administração pública - O diagnóstico realizado para desenhar o Plano de Governo 2011-2014 apontou deficiências nas informações destinadas à coletividade relativas às ações propostas e realizadas efetivamente. Os relatórios se restringem a mensagens anuais bastante genéricas à Assembléia Legislativa, o que não permite avaliar o desempenho das ações do Estado. Atréados a isso estão os sistemas computacionais do Governo, que não estão integrados, impossibilitando um sistema de apoio à decisão consistente, com análise e acompanhamento dos resultados das ações de governo, bem como avaliação da qualidade dos dados.

Esses fatores apresentam a administração pública com um baixo nível de eficiência, eficácia e economicidade, e com pouca transparência em suas ações. Experiências recentes demonstram que a adoção de criteriosos controles do cumprimento de metas por parte dos agentes responsáveis pelas ações governamentais, associados à exigência de parcimônia com o uso de recursos financeiros, materiais e de recursos humanos, gera ganhos crescentes de produtividade.

Constatada a necessidade do desenvolvimento de competências em gestão, da renovação dos métodos de trabalho e de revisão das estruturas organizacionais, novas ações de Governo são imprescindíveis para estabelecer uma verdadeira nova gestão, voltada a resultados efetivos. Isto somente se dará com investimentos na capacitação dos servidores, controle dos gastos, modernização na gestão da folha de pagamento, saneamento das finanças, melhoria da qualidade fiscal e contratualização dos resultados.

Desenvolvimento Regional - Constata-se, no Estado, um forte desequilíbrio social e econômico entre diversas regiões (territórios). Em alguns dos territórios, como Cantuquiriguaçu, Paraná Centro e Caminhos do Tibagi, existem mais de 41% do total de famílias consideradas pobres, e no Vale da Ribeira e Centro-Sul, mais de 35%, enquanto a média do Paraná é de 20,87% (Tabela 1).

Destaque-se, ainda, que a concentração de pobreza está geograficamente localizada nas áreas rurais dos territórios. Exemplificando, o território Paraná Centro possui perto de 48 mil famílias pobres, das quais cerca de 70% estão em domicílios rurais. Esta percentagem mantém-se, em sua média, dentre os demais territórios Centro-Sul, Ortigueira, Vale da Ribeira e Cantuquiriguaçu, que possuem entre 60 e 63% de seus pobres nas áreas rurais.

Por outro lado, tomando como referência o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Paraná, com IDH igual a 0,786, ocupa a sexta posição no *ranking* dos Estados brasileiros, mantendo-se, contudo, no grupo dos ainda não desenvolvidos pelos parâmetros estabelecidos nos trabalhos da Organização das Nações Unidas (ONU), que apontam o índice de 0,80 para atingir esta condição. Comparado aos demais estados sulinos, encontra-se numa situação extremamente desfavorável, visto que 72% dos seus 399 municípios apresentam valores de IDH-M inferior ao valor médio para o Brasil (figura 1).

GABINETE DO GOVERNADOR

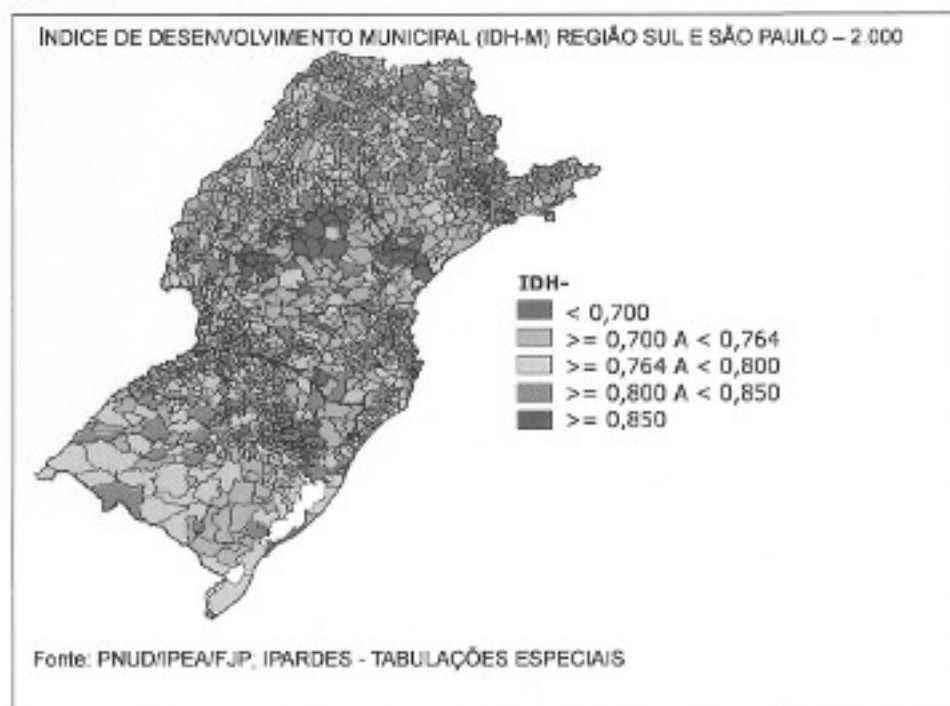


TABELA 1 - NÚMERO DE FAMÍLIAS EM TERRITÓRIOS COM RENDA FAMILIAR MENSAL PER CAPITA ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, TAXA DE POBREZA - TERRITÓRIOS, 2000.

Regiões (Territórios)	Total de Famílias	Famílias Pobres			Taxa de Pobreza %
		Situação de domicílio		Total	
		Urbano	Rural		
Metropolitana de Curitiba	770.292	81.721	8.843	90.564	11,76
Litoral	69.070	12.237	2.877	15.113	21,88
Ribeira	25.197	3.627	5957	9.587	38,05
Grande Lapa	46.653	4.596	8.941	13.538	29,02
Ponta Grossa	167.739	30.426	9570	39.997	23,84
Grande Irati	77.149	10.357	17.133	27.491	35,63
União da Vitória	24.021	3.060	3.126	6.186	25,75
Cantuquiriguaçu	53.416	8.889	13.431	22.319	41,78
Guarapuava	76.606	14.858	8.925	23.782	31,04
Grande Sudoeste	149.598	17.959	21.824	39.785	26,59
Paraná Centro	47.829	7.106	15.359	22.465	46,97
Cascavel	131.679	21.503	8.544	30.048	22,82
Lindeiros	191.883	29.386	7.687	37.078	19,32
Campo Mourão	72.309	14.137	6.155	20.296	28,07
Vale do Ivaí	89.923	14.079	9.512	23.588	26,23
Ortigueira	25.527	4.257	7.315	11.573	45,34
Norte Pioneiro	81.571	14.205	8.619	22.822	27,98
Cornélio Procopio	71.245	12.436	4.540	16.975	23,83
Londrina	260.295	33.619	5.953	39.568	15,20
Maringá	197.843	25.303	4.437	29.742	15,03
Umuarama	122.238	18.788	10.762	29.550	24,17
Paranaval	72.300	12.798	4.565	17.361	24,01
TOTAL do Paraná	2.824.383	395.344	194.076	589.420	20,87

FONTES: IBGE – Censo Demográfico (micro dados); Ipadres – Tabulações Especiais

MAPA DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IDH-M) REGIÃO SUL E SÃO PAULO – 2.000



Dos 399 municípios do Estado, 49,6% possuem IDH-M inferior à média estadual, de 0,74. Agrava-se a situação quando são cruzados com os dados de famílias carentes que apontam que, destes com IDH-M inferior à média, 77 têm mais que 40% de sua população considerada pobre.

Estudos como o Diagnóstico Social e Econômico do Paraná e o Mapeamento da Pobreza, elaborados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e pelo Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, evidenciam que esta situação é mais grave nas áreas rurais. Nos pequenos municípios, constata-se maiores proporções da população abaixo da linha de pobreza; e do total de cerca de 1.800.000 habitantes das áreas rurais, 71% vivem em municípios cujo IDH-M é inferior ao índice médio do Brasil. Essas localidades que apresentam baixa densidade demográfica se caracterizam por terem a base da economia essencialmente calcada na exploração agropecuária primária, constituindo as regiões mais deprimidas, conforme já evidenciado anteriormente com relação à taxa de pobreza.

No Paraná, a quase totalidade dos pequenos municípios assenta sua economia nas atividades agrícolas, com negócios ligados à produção de grãos e pecuária extensiva, ou tem a economia baseada em uma ou poucas commodities agrícolas que, depois de ultrapassada a fase pioneira de implantação, oferece restritas oportunidades de negócios e uma limitada geração de novos postos de trabalho.

É fato que o agronegócio paranaense está calcado em cadeias produtivas que exigem grande escala de produção ou em cadeias em que os fornecedores de matéria-prima estão restritos a contratos de produção com pouca ou nenhuma participação nos resultados finais. Entretanto, essas oportunidades estão concentradas em algumas regiões com alto dinamismo econômico e dotadas de recursos naturais privilegiados, principalmente solos férteis e favoráveis à mecanização.

GABINETE DO GOVERNADOR



Em síntese, a análise socioeconômica demonstra que algumas regiões paranaenses não acompanharam o dinamismo de outras, as quais, por contarem com relativa abundância de recursos naturais, alcançaram índices de desenvolvimento acima da média nacional. Pressionadas pela escassez de seus recursos naturais e pela falta de alternativas, essas regiões induzem suas populações a entenderem que a solução possível para suas mazelas está no processo migratório rural-urbano.

Gestão do uso do solo no meio rural - Apesar dos resultados positivos apresentados em vários projetos desenvolvidos no Estado, hoje assistem-se a alguns retrocessos nesta área. O solo, a água e florestas, elementos básicos da sustentabilidade e riqueza agrícola do Estado, líder nacional da produção de grãos, voltam a apresentar sinais de dilapidação. O planejamento e a implementação de práticas conservacionistas nas propriedades, a integração de propriedades numa microbacia hidrográfica e a integração, principalmente, com as estradas rurais não estão sendo considerados.

Os resultados das ações anteriormente desenvolvidas demonstram que a unidade básica operacional para implementação das práticas conservacionistas é a microbacia. Entretanto, se faz necessário o planejamento estratégico, como o que acontece atualmente no âmbito das 16 bacias hidrográficas do Paraná, que por sua vez, subdividem-se em sub-bacias até o âmbito de contemplar as unidades propostas no presente programa.

Fontes especializadas, em 2005, apontaram que as causas dos principais problemas de conservação do solo e águas estão ocorrendo no campo: retirada de terraços, principalmente em áreas de plantio direto; falta de capacitação e atualização da assistência técnica; ausência de política pública clara e de longo prazo; falta de vinculação do crédito ao correto uso do solo e água; e a falta de manutenção das estradas rurais por parte das prefeituras.

Esses problemas são refletidos na tomada de decisões por parte dos agricultores. Constatase que não basta implantar uma prática isolada, como o plantio direto, pois estudos publicados na Revista Brasileira de Ciência do Solo indicam que este, quando bem conduzido, reduz as perdas de solo (em mais de 90%); no entanto, as perdas de água continuam (reduz em média somente 20%). Também não basta manejar e conservar corretamente somente as áreas com culturas anuais, pois outros estudos (UFRG e UFSM) indicam que grande parte do solo e água que chega aos mananciais vem de áreas com pastagens (até 84% em alguns casos) e estradas (até 36% em outras situações) localizadas nas propriedades e nas microbacias hidrográficas.

Outros problemas também contribuem para a degradação do solo e água nas microbacias hidrográficas, a exemplo do lixo, resíduos industriais, esgoto e outros, cuja solução não está afeta diretamente apenas ao meio rural.

Cabe salientar que parte significativa do comprometimento das águas se dá nas áreas urbanas, periurbanas e regiões de concentração de indústrias.

Gestão de Risco de Desastres Naturais e Antrópicos: O Estado do Paraná tem registrado nos últimos 30 anos mais de 4.500 ocorrências de desastres ambientais e antrópicos, que atingiram praticamente todos os municípios, tais como enchentes, inundações, vendavais, escorregamentos com movimentos de massa de terra e acidentes antrópicos como: explosões, derramamento de óleo e vazamento de substâncias tóxicas.

Esses acidentes têm resultado em perdas materiais e humanas. O processo de desastres é agravado pela histórica falta de planejamento na ocupação do território e na previsão desses eventos, aliado a uma precária infraestrutura pública que permita atender em tempo real esses tipos de ocorrências e a falta de organização mais apurada das diversas instituições e da sociedade.

GABINETE DO GOVERNADOR



Registros da Defesa Civil do Estado indicam a recente ocorrência dos seguintes fenômenos: precipitações de alta intensidade, resultando em enchentes e inundações bruscas, estiagens severas, tempestades, vendavais, movimentos de massa e afundamentos Kársticos. O histórico dos dados apurados aponta uma tendência de aumento na frequência desses eventos.

Entre janeiro de 1980 e março de 2011, foram registradas 1.177 inundações no Paraná, sendo que 524 ocorreram após o ano 2000, representando 45% nos últimos 11 anos. Movimentos de massa e enchentes ocorreram no litoral do Estado em 2011, com intensas chuvas na região, causando um prejuízo de R\$ 90 milhões em Antonina, Morretes, Guaratuba e Paranaguá, cujas consequências constam do boletim da Defesa Civil, de 16 de março de 2011 (Tabela 2).

Tabela 2 – Prejuízos das enchentes que atingiram o litoral paranaense.

Item	Quantidade
Municípios atingidos	8
Pessoas afetadas	30.968
Pontos críticos em estradas	21
Casas danificadas	3.006
Casas destruídas	211
Pessoas desabrigadas	2.487
Pessoas desalojadas	14363

Outra área que sofre com desastres naturais é o município de União da Vitória, localizado no sul do Paraná, que é frequentemente afetado por intensas cheias do Rio Iguaçu. Duas enchentes (1983 e 1992) causaram prejuízos de R\$ 140 milhões e R\$ 80 milhões, respectivamente.

Além dos desastres naturais, outros de causas antrópicas também são frequentes no Estado como, por exemplo: vazamento de petróleo na REPAR (Refinaria Presidente Vargas da Petrobras), em Araucária, e acidentes com cargas perigosas no transporte.

Gestão dos Recursos Naturais - Anualmente são solicitadas, no Paraná, 30 mil licenças ambientais e de outorgas de direito de uso de água, na sua maioria por empreendedores privados. O tempo de trâmite de processos de pedido de licenciamento/outorga é de cerca de 180 dias e as fiscalizações *ex-post* realizadas em relação ao total de licenças/outorgas emitidas são praticamente inexistentes.

Os fatores específicos que levam a esta ineficiência são: descontentamento do usuário com prazo de tramitação dos processos de Licenciamento e Outorga; da pouca transparência e da falta de padronização dos processos, gerando decisões discriminatórias; baixo nível de informatização; cultura de isolamento institucional ("muros interdepartamentais", "ilhas de informação"); monitoramento e fiscalização reativos; baixo índice de fiscalização dos licenciamentos e outorgas após a concessão (menos de 20%); aumento da complexidade da legislação ambiental; fragilidade técnico-científica das licenças e outorgas; fragilidade técnico-científica-legal dos autos de infração; desconhecimento de leis e normas pelos usuários; sobreposição de competências institucionais; carência de equipamentos para a fiscalização e monitoramento; estrutura inadequada dos laboratórios; fragilidade e inadequada disponibilidade das informações sobre os recursos naturais (quantidade e qualidade); carência ou falta de uso de indicadores e de métodos analíticos modernos e eficientes para medição de poluentes; e, limitada confiabilidade na rede de serviços privados e análises ambientais. Desta forma, é necessária uma modernização na gestão dos recursos naturais do Estado, buscando a correção dos fatores que provocam a ineficiência dos trabalhos atualmente.

GABINETE DO GOVERNADOR



Saúde: Ao assumir a gestão estadual do SUS no Paraná, em 2011, o Governo verificou a necessidade de estabelecer um planejamento estratégico para a Secretaria de Estado da Saúde - SESA. Esse planejamento apontou como prioridade a implantação de duas redes: a atenção materna infantil - Rede Mãe Paranaense; e a Rede de Atenção às Urgências e Emergências. Essa escolha está respaldada pelos indicadores de saúde do Paraná e pela necessidade de organizar o sistema de saúde para que, em todas as regiões de saúde haja disponibilidade de serviço hospitalar de referência para atenção à gestante e à criança de risco e para o atendimento de urgência e emergência.

Como indicadores de saúde, observa-se que os cinco principais grupos de causas de mortalidade infantil no Paraná, no período de 2000 a 2008, revelam a persistência dos seguintes fatores: afecções no período perinatal, com prevalência média de 56,8% dos casos/ano; malformações congênitas (20,0%); doenças do aparelho respiratório (5,3%); causas externas (4,4%); e doenças infecciosas e parasitárias (4,2%).

De acordo com a análise do Comitê de Investigação de Óbitos Infantis do Paraná, no período entre 2006 e 2008, 68,2% dos óbitos foram considerados evitáveis. Destes, 53% apresentaram como causa problemas na atenção hospitalar e ambulatorial. Assim, os 3.131 óbitos infantis do período estudado poderiam ser reduzidos com a adoção de medidas básicas de prevenção, direcionadas às gestantes e recém-nascidos.

Em 2009, as 14 Regionais de Saúde apresentaram coeficientes de mortalidade infantil (CMI) acima da média do Estado; e 192 municípios tiveram mortalidade infantil com coeficientes maiores que a média estadual, e 69 municípios maiores que a média brasileira, que foi de 21,3/1000 Nascidos Vivos (NV), em 2007.

Ações concretas possibilitam a reversão deste panorama, como mostra o município de Curitiba com a implantação, em 1999, do Programa Mãe Curitibana que permitiu uma redução significativa da mortalidade infantil, fazendo com que em 2009 se atingisse o índice de 8,9/1000 NV.

No Brasil o coeficiente de mortalidade materna em 2008 foi de 48/100000 NV. No Paraná, a série histórica da mortalidade materna demonstra variação, o coeficiente em 2009 foi de 49,4/100000 NV, indicando a necessidade de novas medidas para alterar esse quadro.

Quadro 1 - Série Histórica Mortalidade Materna - Estado do Paraná - 1997 a 2009

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
74,19	80,92	78,75	66,31	65,16	57,64	57,96	69,69	65,66	61,8	57,9	56,3	49,4

*Dados preliminares

Apesar dos esforços, o Paraná ainda apresenta a manutenção do coeficiente no patamar muito acima da média de países desenvolvidos. Relevante, ainda, é a qualidade do pré-natal no estado, considerando-se o aumento de 18% do número de casos de sífilis congênita no período de 2007 a 2009. A razão de mortalidade materna mostra tendência decrescente, porém com menor declínio do que o CMI.

Cabe destacar que as principais causas de mortes no Estado referem-se a doenças do aparelho circulatório (31,2%) e neoplasias (17,2%), respectivamente; a terceira causa de mortes refere-se a causas externas com 8.473 óbitos (já incluída a questão da violência).

GABINETE DO GOVERNADOR



O Paraná possui 22.849 leitos hospitalares ofertados em 454 hospitais públicos, filantrópicos e privados que atendem o SUS. Destes, 331 são hospitais com menos de 50 leitos, em geral com baixa capacidade resolutiva, pela insuficiência da escala adequada, poucos recursos humanos especializados e baixa agregação tecnológica. Do total dos hospitais do Paraná que atendem ao SUS apenas 49 têm mais de 100 leitos, que representam 11% dos hospitais do universo. Algumas regiões do Estado não dispõem de serviços de traumatologia e neurocirurgia, atendimento para a gestante de risco, assim como há falta de leitos de UTI adulto e neonatal.

Conclui-se portanto, que é necessário melhorar a oferta e a qualidade dos serviços de referência para a atenção materno-infantil e de urgência e emergência em todas as regiões de saúde, contribuindo para a eficiência da atenção à saúde dos paranaenses.

Educação: A Secretaria de Estado da Educação - SEED necessita avaliar o rendimento de aprendizagem dos estudantes para subsidiar cada instituição escolar com dados e informações necessários à realização dos direcionamentos pedagógicos. Considerando que a avaliação é um processo dialógico e que permite aos seus pares a reflexão sobre a prática educativa, é fundamental que a SEED subsidie aos professores um olhar atento ao processo de ensino aprendizagem de cada aluno, disponibilizando um sistema próprio eficiente.

É fundamental que este sistema subsidie a reflexão sobre a prática pedagógica, ofertando dados e indicadores que, junto com os demais materiais pedagógicos da escola, diretrizes curriculares, matrizes de referência e cadernos de expectativas de aprendizagem, entre outros, possam direcionar o que cada aluno deve saber ao final de cada etapa formadora. Somente medindo e atribuindo indicadores efetivos se pode realizar um adequado trabalho conjunto entre as ações da SEED com as escolas. Cabe também à SEED prover as formações para todos os setores do contexto escolar, conforme legislação brasileira, visando aliar as necessidades das realidades locais e das de cada escola e disciplina à melhoria da qualidade das mesmas favorecendo a prática docente.

Por outro lado, no ensino fundamental, apesar da universalização do acesso, a redução do atraso escolar e o ainda baixo nível de proficiência dos estudantes, conforme evidenciados pelo IDEB, são importantes desafios. Isto se aplica também ao ensino médio, visto que o abandono escolar e a não conclusão atingem ainda patamares elevados. Constata-se também, apesar do bom desempenho do Paraná no IDEB, que a distância existente entre os alunos das redes Estadual e Privada é alta, conforme tabela, olvidando a necessidade de melhorias na gestão da rede estadual.

IDEB – Paraná período de 2005 a 2009 – 8.ª série e Ensino Fundamental

	Rede	2005	2007	2009
8.º	Estadual	3,3	4,0	4,1
	Privada	6,2	6,5	6,6
	Distância	47%	38%	37%
EM	Estadual	3,3	3,7	3,9
	Privada	5,8	6,1	6,1
	Distância	47%	39%	36%

Fonte: INEP

GABINETE DO GOVERNADOR



A rede de escolas estaduais do Paraná é formada por 2.274 edificações, sendo 2.135 estabelecimentos de ensino (Censo Escolar 2010) e os demais são sedes de administrações regionais e central. Apenas 9,5% destas possuem menos de dez anos, 37,4% possuem entre dez e 30 anos, 40% foram construídas entre 30 e 50 anos e 13% têm mais de 50 anos. Além dos problemas de depreciação pelo tempo e pelo uso em prédios com mais de 30 anos de ocupação, são edificações construídas sem estrutura de prevenção de incêndio, sem rede hidráulica, elétrica e lógica compatíveis com as necessidades atuais, sem acessibilidade a portadores de deficiência e com inúmeros problemas para atendimento as normas de vigilância sanitária nos banheiros e cozinhas, oferecendo riscos aos estudantes, professores e outros profissionais da área com a ocorrência de acidentes com coberturas, lajes, incêndios e rachaduras em muros e paredes. Além disso, dos recursos de investimentos em edificações escolares da SEED, R\$ 700,5 milhões aplicados nos últimos oito anos, 43,5% foram destinados a reparos e melhorias (situações emergenciais). Em recente levantamento, visando identificar as condições das edificações escolares, observando oito componentes (cobertura, elétrico, hidráulico, forros, paredes, pisos, janelas e portas) tomando como exemplo a macrorregião oeste, que compreende 9 dos 32 Núcleos Regionais de Educação, foi constatado que cerca de 60% das edificações apresentavam problemas.

Assim, diante de todo o exposto, tem-se que a presente proposta pretende apoiar o Governo do Paraná na modernização da gestão do setor público com objetivo de tornar o acesso às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano no Estado menos desigual.

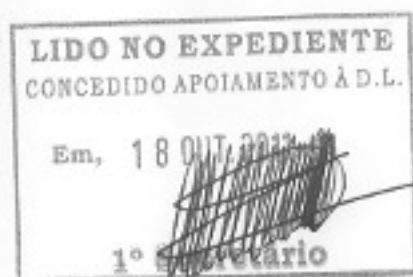
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERO RICHIA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 18 de outubro de 2011
OF CEE/G 171/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 18/10/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 72/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 350,000,000.00, junto ao BIRD, para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVfy/JC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Projeto de Lei nº. 822/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 072/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 350,000,000.00, junto ao BIRD para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO ATÉ O MONTANTE DE US\$ 350,000,000.00, JUNTO AO BIRD PARA FINANCIAMENTO DO PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 14, 15, 29 E 32 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 350,000,000.00, junto ao BIRD, para financiamento do Projeto Multissetorial Para o Desenvolvimento do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- II - as diretrizes orçamentárias anuais;
- III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

- VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento da exigência dos arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

- I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
- II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;
- III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;
- IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
- V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;
- VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que **compete privativamente ao Governador do Estado** realizar as



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Vis. 33

operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX – realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia (grifos nossos)


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

Concedido Vistas	30
Senhor Deputado	
Tadun Benini	
Em,	25, 10, 2011
CCJ	



COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI 822/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei nº 822/2011 de autoria do Poder Executivo, foi proposto com o intuito de autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao BIRD, para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Ademar Traiano, o Projeto foi aprovado por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e técnica legislativa.

Ato contínuo, a Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei a esta Comissão de Finanças, para análise de mérito, conforme estabelece o artigo 33-B do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o que se passará a fazer.

II – MÉRITO

A contratação da operação de crédito externo, objeto do Projeto de Lei, está de acordo com os dispositivos constantes na Lei n.º 16.889/11, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2012.

As condições do empréstimo constantes no Projeto de Lei, tais como: prazos de carência e amortização, taxa de juros, encargos referentes à operação e garantia



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE FINANÇAS

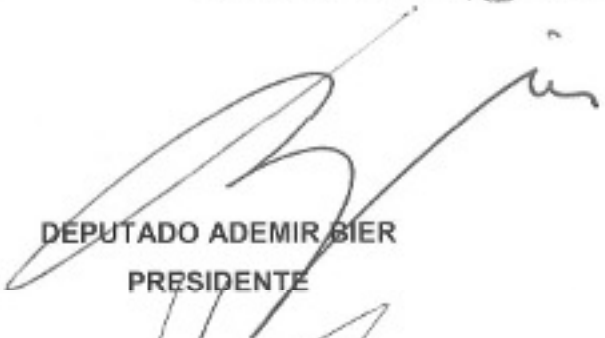
da operação, obedecem o ordenamento jurídico brasileiro e também os preceitos já positivados no orçamento do Estado do Paraná.


Por fim, no tocante a capacidade de endividamento e de quitação, o Estado do Paraná está apto a contratar a operação de crédito prevista no Projeto de Lei.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2011.


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR








ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO



Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei 616/11, 820/11, 822/11, 887/11, 889/11, 909/11 e 943/11, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projeto de Lei 616/11, 820/11, 822/11, 887/11, 889/11, 909/11 e 943/11, todos oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2011.


Deputado **Marcelo Rangel**

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

*Anota de
então as cópias
para o processo
dos respectivos projetos...*

*Mauro Ribeiro Borges
Diretor Executivo*

ANTEPROJETO DE LEI N.º 387/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Moreira Sales do imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:


Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação ao Município de Moreira Sales de parte correspondente a 1.350,00 m², da Quadra 45-P, com área total de 2.700,00 m², naquele município, conforme Transcrição das Transmissões sob n.º 9.177, do Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

Art. 2.º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3.º O município terá o prazo de 2 (dois) anos para as providências de desmembramento e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 78/2011

Curitiba, 7 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Moreira Sales.

Inicialmente, insta salientar que o Anteprojeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois este contrato em particular visa imóveis certos, os quais são incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

LC/CTL-Prot.n.º 11.088.992-5

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



O art. 17 da Lei Ordinária Federal n.º 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007) (Grifo nosso)

Ainda, leciona Hely Lopes Meirelles:

A Administração pode fazer doações de bens móveis ou imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem de lei autorizatória, que estabeleça as condições para sua efetivação, e de prévia avaliação do bem a ser doado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo.¹

Nesses termos, pretende o Estado do Paraná doar imóvel ao Município de Moreira Sales, para que este faça utilização do bem público, conforme possível e necessário.

Tendo em vista também o interesse público na referida doação, verifica-se que no terreno pretende-se implantar equipamentos urbanos, em prol da população.

¹ MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro, 33.ª ed. 2007, p. 538.

GABINETE DO GOVERNADOR



Diante do exposto, bem como da autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

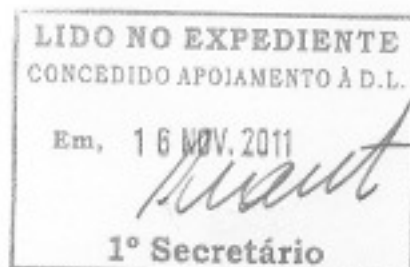
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 7 de novembro de 2011
OF CEE/G 185/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 16/11/11
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 78/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Moreira Sales.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:16 16/11/2011 000994 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 887/11

Projeto de Lei nº 887/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.078/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Moreira Sales do imóvel que especifica.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 078/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Moreira Sales.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 19

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I – existência de interesse público devidamente justificado;

II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado; (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: **autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado**. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for

¹ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.,
Fls. 21
21

outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.


Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

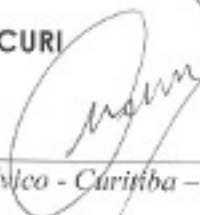
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


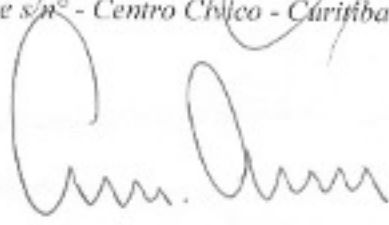

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



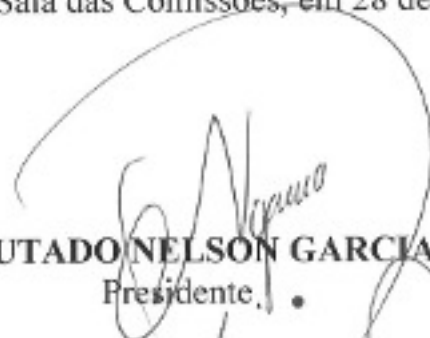
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 887/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 78/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Moreira Sales do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente.


Relator


CUR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

D. L.
25

Presidente: Deputado Marcelo Rangel
Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner
MEMBROS

Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 887/2011

Projeto de Lei nº 887/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 78/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Moreira Sales, do imóvel que especifica.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 887/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 78/11, objetiva efetuar a doação ao município de Moreira Sales, de parte correspondente a 1.350,00 m², da Quadra 45-P com área total de 2.700,00 m², naquele município.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 887/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o Município de Moreira Sales, com o intuito de desenvolvimento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Cumprindo a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do processo para efetuar a doação deste imóvel. O **Projeto de Lei 887/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população de forma meramente justificada, a partir da doação do imóvel, poderá se beneficiar a população do município de Moreira Sales, através da implantação de equipamentos urbanos.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 78/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum. Conforme cita a Mensagem do Executivo, na qual dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser avaliado e aprovado por esta Comissão.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR



Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta terá benefícios indiscutíveis ao município de Moreira Sales, com a implantação de um espaço benéfico ao bem estar de toda a população.

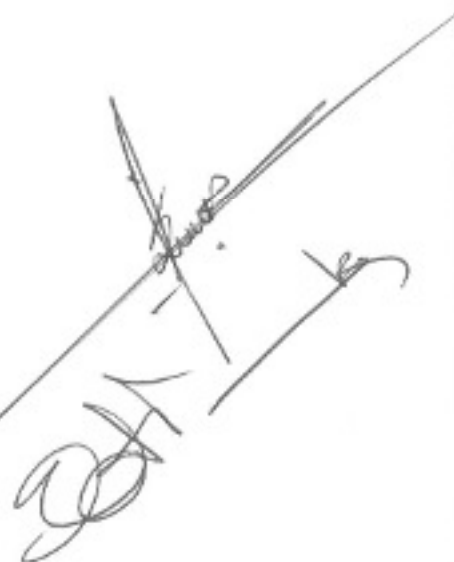
Desta forma opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 887/11**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 30 de novembro de 2011.


MARCELO RANGEL
Presidente da Comissão


FRANCISCO BUHRER
Relator







REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a votação dos Projetos de Lei 616/11, 820/11, 822/11, 887/11, 889/11, 909/11 e 943/11, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projeto de Lei 616/11, 820/11, 822/11, 887/11, 889/11, 909/11 e 943/11, todos oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2011.


Deputado **Marcelo Rangel**

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anota de
Então as cópias
procedem e em lote
com respectivos projetos...


Mauro Roberto Borges
-Diretor Executivo-

ANTEPROJETO DE LEI N.º 889/2011

SÚMULA: Altera o Artigo 2.º da Lei n.º 16.301/2009.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º – O Art. 2.º Estabelecido na Lei n.º 16.301/2009, passa a ter a seguinte redação:

"O imóvel em questão que fica gravado com cláusula de inalienabilidade será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de serviços públicos, retomando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa".

Art. 2.º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 65/2011

Curitiba, 7 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

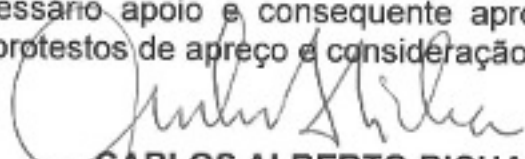
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso ~~Ante~~ projeto de Lei que solicita a alteração da Lei n.º 16.301, de 15 de dezembro de 2009, a qual trata de doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Uraí.

A presente alteração visa modificar o Artigo 2.º da referida Lei, que trata de cláusula de inalienabilidade sobre o imóvel do Estado doado ao Município, que tinha como finalidade ser utilizado para os fins do Serviço de Assistência Social daquela Municipalidade, sendo revertido ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

No entanto, o Município de Uraí solicita a modificação desta cláusula, pois necessita do imóvel para outros fins, como construir a sede da Câmara Municipal.

Tendo em vista, que inicialmente o imóvel já era propriedade do Município, fora doado ao Estado, e tendo destinação diversa retornou ao Município, não há razões para não se efetuar a alteração do artigo solicitado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

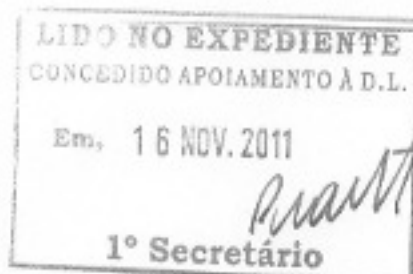
Prot. n.º 11.133.766-7

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 7 de novembro de 2011
OF CEE/G 187/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências,
Em, 16/11/11
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 65/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que solicita a alteração da Lei n.º 16.301, de 15 de dezembro de 2009, a qual trata de doação de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Uraí.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 889/11

Projeto de Lei nº 889/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.065/11

Súmula: Altera o artigo 2º da Lei nº 16.301/200.

EMENTA: ALTERA A CLAÚSULA DE INALIENABILIDADE DE QUE TRATA O ARTIGO 2º DA LEI ESTADUAL 16.301/09, SOBRE O IMÓVEL DO ESTADO DOADO AO MUNICÍPIO DE URAÍ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 065/2011, visa modificar o Artigo 2º da Lei 16.301, de 15 de dezembro de 2009, que trata de cláusula de inalienabilidade sobre o imóvel do Estado doado ao Município de Uraí, que tinha como finalidade ser utilizado para os fins do Serviço de Assistência Social daquela Municipalidade, sendo revertido ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

No entanto, o Município de Uraí solicita a modificação desta cláusula, pois necessita do imóvel para outros fins, como construir a sede da Câmara Municipal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I – existência de interesse público devidamente justificado;

II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado; (grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todas, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social

desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumprimamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: **autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado**. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

¹ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

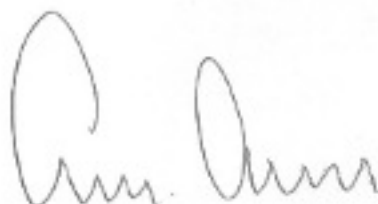
Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 889/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 65/11, tem por finalidade alterar o artigo 2º da Lei nº 16.301 / 2009.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente.


Relator. **ADÉLINO**


MARIA



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Marcelo Rangel

Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner

MEMBROS

Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 889/2011

Projeto de Lei nº 889/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 65/11

Súmula: Altera o Artigo 2º da Lei nº 16.301/2009.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 889/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 65/11, objetiva alterar o artigo 2º da Lei nº 16.301/2009 o qual trata da cláusula de inalienabilidade ao terreno doado ao município de Uraí-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 889/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o Município de Uraí, com o intuito de alterar o artigo 2º da lei que destina o imóvel para fins exclusivos do serviço de assistência social, a alteração permite ao Município a utilização do imóvel para outros fins, como a construção da sede da Câmara Municipal, haja vista que este imóvel já pertencia anteriormente ao Município e fora doado ao Estado.

D. L.
27
Obras

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a necessidade do projeto para beneficiar maciçamente a população de Uraí, já que através da regularização do presente imóvel, o poder legislativo do município poderá ter a sua própria sede e assim atender de forma rápida e prontamente a população.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 65/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificado, evidenciando de forma clara o mérito proposto em seu conteúdo.

Restam assim grandes benefícios em sua composição para ser avaliado e aprovado por esta Comissão.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.


IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta terá benefícios indiscutíveis ao município de Uraí, através de um imóvel que poderá ser utilizado para a construção da sede de sua Câmara Municipal, beneficiando de forma indiscutível a população.

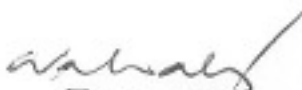
Desta forma opto pela Aprovação do referido **Projeto de Lei** 889/11, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 30 de novembro de 2011.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Teruo Kato

Relator








ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMIENTO

APROVADO
À Diretoria Legislativa.
Em, 07/02/2011
[Assinatura]
1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei 616/11,⁴ 820/11, 822/11, 887/11, 889/11, 909/11 e 943/11, oriundos de Mensagens Governamentais conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação dos Projeto de Lei 616/11, 820/11, 822/11, 887/11, 889/11, 909/11 e 943/11, todos oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2011.

Deputado Marcelo Rangel

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anota de
Entrevista a copias
por correo e Internet
con respectivas preguntas.

Mario Ricardo Borges
Jefe de Gabinete

6014 07/2009 010165 80 32 817



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANTE~~PROJETO DE LEI Nº 902/11

EMENTA: Cria a Vara de Fazenda Pública no Foro Regional de São José dos Pinhais – da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 1º O art. 255 da Lei Estadual nº 14.277/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:

I -

(...)

VIII – no Foro Regional de São José dos Pinhais:

(...)

c) a Vara de Fazenda Pública."

Art. 2º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de São José dos Pinhais.

Art. 3º Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

X

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
1ª INSTÂNCIA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA									
..... Foro Regional de São José dos Pinhais	Final			8	3			11	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ							
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003							
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX							
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
ENTRÂNCIA FINAL							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
.....			3	3		-1	5
Foro Regional de São José dos Pinhais							
.....							

D. L.
Fls. 05
[Assinatura]



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente ~~Ante~~ projeto de Lei tem por finalidade a criação da Vara de Fazenda Pública no Foro Regional no Foro Regional de São José dos Pinhais – da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

A proposta altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito de seus artigos e da composição de seus Anexos, e visa a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços no Foro Regional de São José dos Pinhais, que integra a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

A proposição prevê, ainda, a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final para a estruturação do Foro Regional, o que modifica os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003, conforme detalhado no artigo 3º do Anteprojeto de Lei.

A nova vara atenderá a uma população de 254.556 habitantes (IBGE – Censo 2010), sendo que há um total de 47.299 processos em andamento na 1ª e 2ª Varas Cíveis daquele Foro, segundo informações extraídas do boletim de movimentação forense de dezembro de 2010, elaborado pela Corregedoria-Geral da Justiça.

A criação da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em manifestação datada de 07/11/2011 e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 11/11/2011.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com a redação final, vez que é parte integrante desta Lei.

O impacto financeiro da presente proposta totaliza o valor anual aproximado de **R\$ 954.678,00** (novecentos e cinquenta e quatro mil



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



seiscentos e setenta e oito mil), dos quais R\$ 633.991,00 (seiscentos e trinta e três mil novecentos e noventa e um reais) será suportado pelo orçamento do Fundo da Justiça, e o restante, ou seja, R\$ 320.687,00 (trezentos e vinte mil seiscentos e oitenta e sete reais) pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,90% (três vírgula noventa por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, com a criação da Vara da Fazenda Pública no Foro Regional de São José dos Pinhais, apresenta adequação orçamentário-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 16 de novembro de 2011.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 16 de novembro de 2011.
Of. nº 1.601/2011-GP

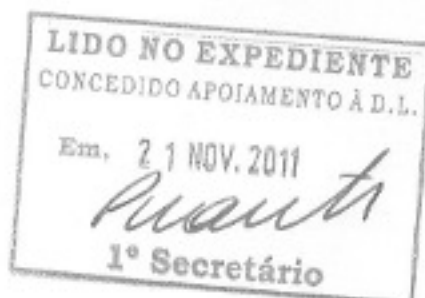
I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 17/11/2011

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



Senhor Presidente:

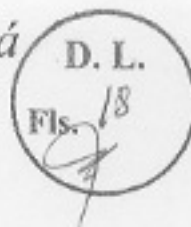
Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que trata da criação da Vara da Fazenda Pública no Foro Regional de São José dos Pinhais, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná – CODJ.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a Declaração de adequação orçamentária.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 902/11

Projeto de Lei nº. 902/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a Vara da Fazenda Pública no Foro Regional de São José dos Pinhais - da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

EMENTA: CRIAÇÃO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a Vara da Fazenda Pública no Foro Regional de São José dos Pinhais - Paraná, alterando a Lei Estadual nº. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
[Grifos Nossos].



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de Novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 902/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposta de autoria do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1601/11, com o objetivo de criar a Vara da Fazenda Pública no foro Regional de São José dos Pinhais – da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, ao estudar a proposta, exarou, em relação aos aspectos constitucional e regimental o competente parecer favorável a matéria em tela.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná e do Fundo da Justiça.

Com relação ao impacto financeiro da presente proposta totaliza o valor anual aproximado de R\$954.678,00 (novecentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e setenta e oito reais), dos quais R\$633.991,00 (seiscentos e trinta e três mil novecentos e noventa e um reais) será suportado pelo orçamento do Fundo da Justiça, e o restante, ou seja, R\$320.687,00 (trezentos e vinte mil seiscentos e oitenta e sete reais) pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

A proposta vem ladeada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que possui adequação orçamentário-financeira com a o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, estando ainda em atenção com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Isto posto, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.



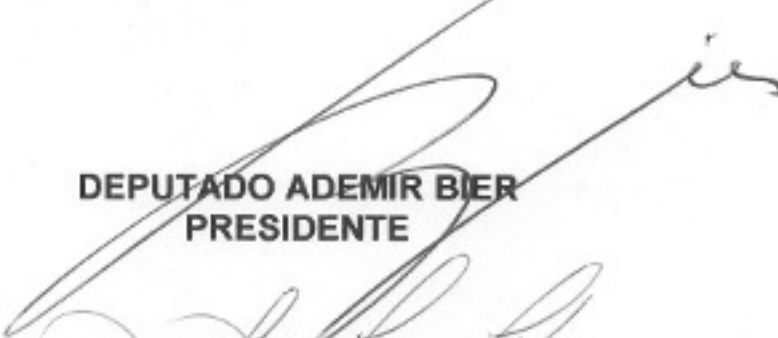
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões,

30/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR



ANTEPROJETO DE LEI N.º 907/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao BNDES, até o montante de R\$ 157.787.000,00 para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito até o montante de R\$ 157.787.000,00 (cento e cinquenta e sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para a implantação de programas constantes do Plano Plurianual e leis orçamentárias do Estado do Paraná, no âmbito do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, conforme autorizado pelo artigo 9.º-N, parágrafo único, da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.827, de 30 de março de 2001, e suas atualizações posteriores, observadas as condições e normas fixadas pelo BNDES.

Parágrafo único. Os prazos de carência e amortização, a taxa de juros e demais encargos adicionais referentes à operação de crédito autorizada por este artigo obedecerão às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas pela política econômica financeira da União, observadas as condições e normas fixadas pelo BNDES.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder garantia diretamente ao BNDES, do principal e dos encargos da operação de crédito a que se refere o artigo 1.º desta Lei, por qualquer forma em direito admitida, inclusive mediante cessão dos direitos e créditos relativos ou resultantes das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no artigo 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Caso a operação seja garantida pela União, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contra-garantia, mediante cessão ou vinculação, em caráter irrevogável e irretratável, de modo *pro solvendo*, das receitas próprias a que se referem os artigos 155 e 157 da Constituição Federal, bem como dos direitos e créditos relativos a cotas ou parcelas da participação do Estado nos recursos arrecadados pela União, de que trata o artigo 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, da Constituição Federal, na forma de seu artigo 167, § 4.º, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

Art.3.º O Poder Executivo consignará dotações próprias nos Orçamentos Anuais do Estado, durante o prazo estabelecido para o financiamento, para o pagamento do serviço da dívida decorrente da operação de crédito autorizada por esta Lei.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 4.º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a:

I – firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná;

II – abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, inclusive sua contrapartida, utilizando como recursos as formas previstas no §1.º do artigo 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, para atendimento das despesas do projeto.

Art.5.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

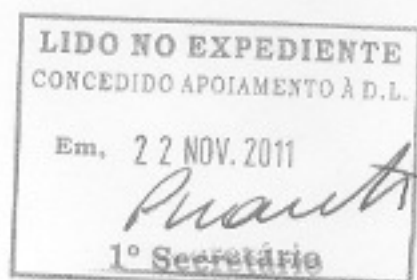
Curitiba, 9 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 9 de novembro de 2011
OF CEE/G 191/11



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 21/11/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 88/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao BNDES, para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14112 22/11/2011 08:45:33 DP RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 88/2011

Curitiba, 9 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao BNDES, até o montante de R\$ 157.787.000,00 para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

O Estado do Paraná está em busca de novas fontes de recursos financeiros para ampliar sua capacidade de investimento e, conseqüentemente, assegurar a implantação de programas prioritários do Plano de Governo voltados à resolução de problemas apontados pela população.

Nesse contexto, pleiteia-se, através de uma das linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, crédito no valor de R\$ 157.787.000,00 (cento e cinquenta e sete milhões setecentos e oitenta e sete mil reais), a ser desembolsado nos próximos três anos, que apoiará ações nas áreas de segurança, justiça, modernização administrativa e tecnologia da informação do Estado do Paraná.

1.1. Objetivo

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná tem o objetivo de apoiar a modernização e reestruturação das unidades que compõem o Sistema de Segurança Pública, ampliar o número de vagas disponíveis no Sistema Penitenciário, bem como promover a modernização da gestão pública do Estado e a intensificação do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC por parte dos gestores públicos, por meio dos seguintes elementos:

- Modernização do Sistema de Identificação Civil e Criminal do Instituto de Identificação do Paraná;
- Reestruturação física de algumas unidades do Departamento de Polícia Civil, visando a um padrão de excelência nas atividades de Polícia Judiciária;
- Reestruturação de cinco Seções do Instituto Médico Legal;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Lhph/vcl 11.271.655-6

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

- Melhoria da quantidade e qualidade do atendimento do Instituto de Criminalística;
- Ampliação do número de vagas disponíveis no Sistema Penitenciário e promoção da reinserção social dos presos em situação de vulnerabilidade social;
- Promoção da modernização da gestão pública do Estado do Paraná por meio da implantação do programa de parcerias público-privadas;
- Contribuir para composição e assegurar aos gestores públicos a disponibilidade de informações ágeis e fidedignas para apoiar a tomada de decisão do Governo do Estado.

1.2. Componentes e Atividades do Projeto

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - BNDES é constituído por três componentes integrados por seis grandes atividades, ilustrados na Figura 1.

1.3. Ações a serem implementadas e alcances previstos do Projeto.

1.3.1 Segurança

O componente Segurança é subdividido em quatro atividades voltadas a modernização e reestruturação do Instituto de Identificação do Paraná (IIPR), Unidades do Departamento de Polícia Civil, Instituto Médico Legal (IML) e Instituto de Criminalística (IC).

A atividade de Modernização do Sistema de Identificação Civil e Criminal tem como principais objetivos: integrar os sistemas existentes; otimizar o serviço prestado; padronizar o prazo de entrega de carteiras de identidade em todo o Estado com celeridade; dar maior segurança e credibilidade ao serviço prestado à população; alimentar o banco de dados do sistema federal de confronto papiloscópico *Automated Fingerprint Identification System - AFIS*; melhorar a eficiência do trabalho realizado por peritos papiloscópicos; promover maior agilidade no fornecimento de informações; inserir todo o acervo de imagens técnicas, civil e criminal, disponibilizando o cadastro no sistema automatizado de identificação de aproximadamente 20 milhões de individuais datiloscópicas que hoje se encontram no formato físico; possibilitar a integração e o preparo do sistema para as inovações futuras no âmbito federal, com a implantação do RIC.

A partir da modernização, busca-se alcançar o aumento de 15% a 25% na emissão da carteira de identidade, considerando que muitas pessoas não solicitam o documento por falta de recursos para a foto e pela demora de 40 dias na entrega do documento. Os terminais a serem adquiridos e disponibilizados no interior e a adequação dos postos proporcionarão também a padronização no atendimento e na entrega de carteiras, agilidade e economia ao cidadão. Quanto ao sistema informatizado de confronto papiloscópico, o IIPR conta atualmente com um sistema AFIS Civil obsoleto, sem manutenção e com contrato vencido. Conta com uma Estação Criminal apenas, disponibilizada pela Polícia Federal, que não atende às demandas atuais e ainda menos aos constantes acréscimos.

GABINETE DO GOVERNADOR



A implementação da ação se traduzirá em benefício ao cidadão de todo o Estado, que terá sua documentação confeccionada e disponibilizada com agilidade e poderá contar com um atendimento de qualidade. A população contará com uma Segurança Pública Estatal muito mais eficiente e confiável, pois o IIPR, além dos vários serviços que disponibiliza à comunidade, detém um banco de dados que serve de suporte ao serviço do Judiciário, dos delegados de Polícia e do Serviço de Inteligência do Estado como um todo.

A atividade Reestruturação de Unidades do Departamento de Polícia Civil buscará construir as unidades de Polícia Civil do Estado; melhorar a qualidade do atendimento à população; e padronizar a prestação de serviço público no âmbito das competências da Polícia Judiciária.

A atividade Reestruturação do Instituto Médico Legal visa melhorar a qualidade do atendimento à população; prover condições adequadas para execução dos serviços; padronizar o atendimento; e modernizar os equipamentos.

Os principais ganhos com a realização do projeto serão:

- Contribuir para a celeridade processual e proporcionar agilidade na confecção de laudos médicos, técnicos e periciais. Com a descentralização dos laboratórios de Curitiba, as Seções Médico-legais de Londrina e Maringá passarão a atender toda região norte e noroeste, agilizando em mais de 50% o tempo de conclusão das perícias forenses, elementos fundamentais na conclusão de processos judiciais, considerando que cerca de 70% dos laudos de necropsia e 30% dos laudos clínicos necessitam de análise em amostras biológicas, por parte dos laboratórios do IML;
- Maior precisão e confiabilidade no resultado dos laudos elaborados pelo IML, decorrentes da aquisição de equipamentos de alta tecnologia. As novas técnicas laboratoriais, realizadas através de equipamentos específicos, proporcionam um tempo cerca de 70% menor nas análises em materiais biológicos e drogas brutas, levando-se em consideração que, com as técnicas utilizadas hoje pelo Instituto, a análise das referidas amostras pode chegar a ser feita em média três vezes, para confirmação dos resultados e confecção dos seus respectivos laudos;
- Agilidade e maior eficiência nas atividades administrativas e técnicas realizadas pelo IML com a utilização de equipamentos adequados aos serviços médico-legais;
- Maior satisfação da comunidade em relação aos serviços prestados pelo IML, proporcionados através de instalações adequadas, agilidade e precisão nos atendimentos clínicos, laboratoriais e de necrotério.

Por fim, a atividade Melhoria da Qualidade do Atendimento do Instituto de Criminalística será voltada a: construir novas seções do Instituto de Criminalística no interior do Estado; diminuir o tempo de atendimento a locais de crime; reduzir o tempo para finalização e entrega de laudos; adquirir equipamentos para os seus laboratórios; e adequar o atendimento pericial às normas nacionais e internacionais.

GABINETE DO GOVERNADOR



1.3.2. Justiça

Esse componente tem como foco a ampliação do número de vagas disponíveis no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná e a promoção da reinserção social dos presos em situação de vulnerabilidade social.

Esse objetivo será atingido por meio das seguintes ações:

- Aumento do número de vagas no sistema prisional em 626 celas;
- Promover a reinserção social dos presos em situação de vulnerabilidade social por meio do ensino profissionalizante focado em atividades de trabalho e renda geradas por pequenos e médios empreendimentos a serem implantados (unidades industriais), tornando estas unidades prisionais sustentáveis do ponto de vista econômico.

1.3.3. Modernização Administrativa e da Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado

O componente Modernização Administrativa tem como objetivo promover estudos para implantação de um Programa de Parcerias Público-Privadas e apoiar a implantação da Melhoria da Rede de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do Estado.

A atividade Parcerias Público-Privadas prevê a execução de duas etapas paralelas e complementares: o desenvolvimento institucional e estruturação; e capacitação da equipe.

a) No que se refere à etapa de desenvolvimento institucional, os objetivos são:

- Elaborar a Lei de Parcerias Público-Privadas no Estado do Paraná;
- Instituir o Conselho Gestor;
- Definir a estrutura institucional;
- Definir a dotação orçamentária;
- Criar o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná - FGP/PR, com a finalidade de prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em virtude de parcerias integrantes do Programa Paraná Parcerias.

b) Na etapa de estruturação e capacitação da equipe, os objetivos são:

- Constituição legal do projeto;
- Elaboração do manual operativo;
- Seleção e definição dos gestores;
- Treinamento e capacitação dos gestores.

A atividade Melhoria da Rede de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC tem como objetivos: prover o Governo do Estado de soluções, recursos e instrumentos que permitam a visão geral e em tempo real dos aspectos social, político, econômico e financeiro; apoiar os gestores para definição das informações estratégicas; promover a capacitação dos usuários para a utilização dos recursos de TIC; acompanhar a evolução dos processos de utilização dos recursos de TIC; e fomentar a ampliação do acervo de informações estratégicas.

2. CONTEXTO DO PROJETO PROPOSTO

2.1 Segurança Pública

A década de 90 trouxe, lamentavelmente, assombroso aumento da criminalidade, especialmente nos centros urbanos, através das chamadas organizações criminosas. De um lado, grupos articulados com organizações criadas dentro de presídios trouxeram o terror dos sequestros, dos assaltos, dos furtos e desmanches de veículos, do tráfico de drogas. De outro lado, a fragilidade do sistema de segurança pública não impediu sequer os delitos menos graves: furtos no transporte coletivo, ações de batedores de carteira e os arrastões violentos.

De acordo com o Mapa da Violência – 2011, no período de 1998 a 2008, comparando o Paraná, a Região Sul e o Brasil, observa-se que, no início do período analisado, a taxa de homicídios no Paraná (17,6) foi superior à taxa da Região Sul (18,1), porém bem inferior a do Brasil (25,9). Porém, em 2008, a taxa de homicídios no Estado passou a ser maior que a do Brasil (respectivamente, 32,6 e 26,4).

Além do aumento do número de homicídios, a criminalidade geral também explodiu, com aumento de roubos e furtos, sendo o Paraná a quinta unidade da Federação com maior volume desse tipo de crime. Só em Curitiba, existem dias em que se roubam ou furtam 50 veículos. A expansão do tráfico de drogas no Paraná é estimada pelos especialistas como sendo de 150%, com aumento inclusive do consumo no próprio Estado.

Contribuíram de forma decisiva para isso o sucateamento da estrutura preventiva e repressiva do Estado, a não reposição dos efetivos e a atomização dos serviços, sem novos recursos humanos, sem equipamentos e, muitas vezes, até sem previsão legal.

Por outro lado, o crescimento populacional provocou, nos últimos anos, o aumento da demanda pelos serviços que o Instituto Médico Legal – IML presta à população em cerca de 30%. Isso somado ao desgaste dos equipamentos, bem como os avanços tecnológicos que cada vez mais se fazem necessários e à celeridade processual que é demandada pelo Poder Judiciário, Ministério Público, clamor social e opinião pública, impõe a adequação das estruturas de atendimento do IML no Estado.

GABINETE DO GOVERNADOR



O Instituto de Identificação do Paraná também apresenta dificuldades operacionais – o órgão tem um acervo documental, que vem sendo formado há cerca de 100 anos, em torno de 20.000.000 (vinte milhões) de fichas individuais datiloscópicas. Esse acervo não está digitalizado, nem disponibilizado para o confronto informatizado, o que impõe morosidade na localização das individuais e o seu confronto com a impressão digital questionada. O confronto é fundamental para a identificação de cadáveres desconhecidos e auxilia na investigação criminal. O formato de pesquisa manual utilizado atualmente atinge diretamente os serviços prestados à população e o sistema de confronto civil e criminal.

Em relação aos postos de atendimento à população, a situação atual é de demora na entrega de carteiras de identidade no interior do Estado. Hoje, são emitidas cerca de 3.000 carteiras de identidade/dia, das quais 600 são pelo sistema totalmente informatizado, 300 pelo sistema parcialmente informatizado e o restante pelo sistema de conversão.

O crescente aumento populacional e a consequente busca pelos serviços prestados pela Polícia Civil (boletins de ocorrência, cédula de identidade, abrigo para detentos, restituição de bens apreendidos e outros serviços oferecidos pela Polícia Judiciária) forçaram a ampliação de várias unidades, sem adoção de critérios técnicos e de forma improvisada. Ademais, há grande preocupação com a manutenção desses prédios, em razão de insalubridade, de instalações elétricas expostas a toda sorte de perigos, de redes hidráulicas com vazamentos constantes, de telhados quebrados e paredes com rachaduras, além de aspectos estruturais que necessitam urgente reparação. Deve-se ressaltar que hoje várias delegacias encontram-se judicialmente interditadas. Enfim, as instalações são impróprias para a prestação de serviço público de excelência, anseio de todos os paranaenses.

Em relação a tecnologias, observa-se uma evolução rápida e constante. É cada vez mais comum o uso dessas inovações para a execução dos mais diversos tipos de crimes, que tem sua elucidação prejudicada pela falta de conhecimento técnico suficiente para mapeá-los e, principalmente, por falta de equipamentos de ponta adequados. Em alguns casos, corre-se sério risco de não se obter um trabalho pericial eficaz em consequência da defasagem tecnológica e de recursos humanos.

A atual condição de quase sucateamento do Instituto de Criminalística vem gerando prejuízos diretos à população, sendo imprescindível a adequação dos atendimentos aos atuais índices de criminalidade.

As dificuldades encontradas em cada região do Estado pouco variam, sendo as mais comuns, a morosidade na confecção dos laudos, a insegurança e a falta de estrutura das instalações físicas, e a defasagem tecnológica, dentre outras.

GABINETE DO GOVERNADOR



2.2 Justiça

O aumento populacional e do número de crimes cometidos culminam em pressão no Sistema Penitenciário do Estado, que necessita ampliar seu número de vagas e promover a reinserção social dos presos em situação de vulnerabilidade social. A proposta é a reinserção, por meio de ensino profissionalizante focado em trabalho e geração de renda por meio de pequenos e médios empreendimentos de reciclagem de resíduos sólidos dentro das unidades de execução penal, consolidando as cadeias produtivas prioritárias destes materiais e tornando as unidades prisionais sustentáveis do ponto de vista econômico.

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos responde pela educação e qualificação profissional daqueles que se encontram sob a custódia do Estado, pela reinserção social responsável e consequente dos egressos do sistema penitenciário e pelo enfrentamento às situações de violação dos direitos humanos. O objetivo é buscar um maior índice médio de desenvolvimento humano (IDH-médio) e a elevação do índice de desenvolvimento familiar, destacadamente das famílias cadastradas no CadÚnico (IDF) nas regiões de desenvolvimento do Estado. A ação articulada com as demais políticas estaduais pode contribuir para o alcance dos 8 objetivos do milênio das Nações Unidas: 1) erradicação da extrema pobreza e da fome; 2) promoção da igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 3) universalização do ensino básico; 4) redução da mortalidade infantil; 5) melhoria da saúde materna; 6) combate ao HIV – AIDS, malária e outras doenças; 7) garantia da sustentabilidade ambiental; e 8) estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

2.3 Modernização da Administração e Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado

Na área de modernização administrativa, verifica-se a importância da criação, oficialização e disponibilização de instrumentos que aproximem setor privado e público para uma melhor prestação de serviços e atendimento da população paranaense, com maior eficiência e qualidade. Isso é possível com a busca de mecanismos de concessão de serviços públicos para distribuir as obrigações e os riscos da concessão entre um parceiro público e um parceiro privado, de maneira a minimizar o custo total de prestação do serviço e maximizar a qualidade do serviço prestado.

A estratégia proposta no Plano de Governo visa promover o desenvolvimento integrado no Paraná através do desenvolvimento econômico sustentável, educação, infraestrutura e logística, sustentabilidade e meio ambiente e desenvolvimento social. O resultado deve convergir para a desconcentração do desenvolvimento e aumento da riqueza. A reconstrução do Governo passa pelo Novo Jeito de Governar, programa transversal que busca uma autêntica liderança com uma administração pública aberta à cooperação e pactuação de objetivos de desenvolvimento com o mercado e terceiro setor.

GABINETE DO GOVERNADOR



A necessidade do desenvolvimento de competências de gestão, da renovação dos métodos de trabalho e das estruturas de Governo, numa verdadeira nova gestão, voltada a resultados efetivos, torna-se imprescindível para a cooperação, pactuação e alcance destes objetivos. Assim como necessária a revisão, atualização e compatibilização dos vários sistemas de tecnologia da informação e comunicação – TIC que dão suporte à administração e gestão do Estado.

Por fim, requer seja este Anteprojeto de Lei apreciado em regime de urgência, com esboço no art. 66, §1.º da Constituição Estadual.

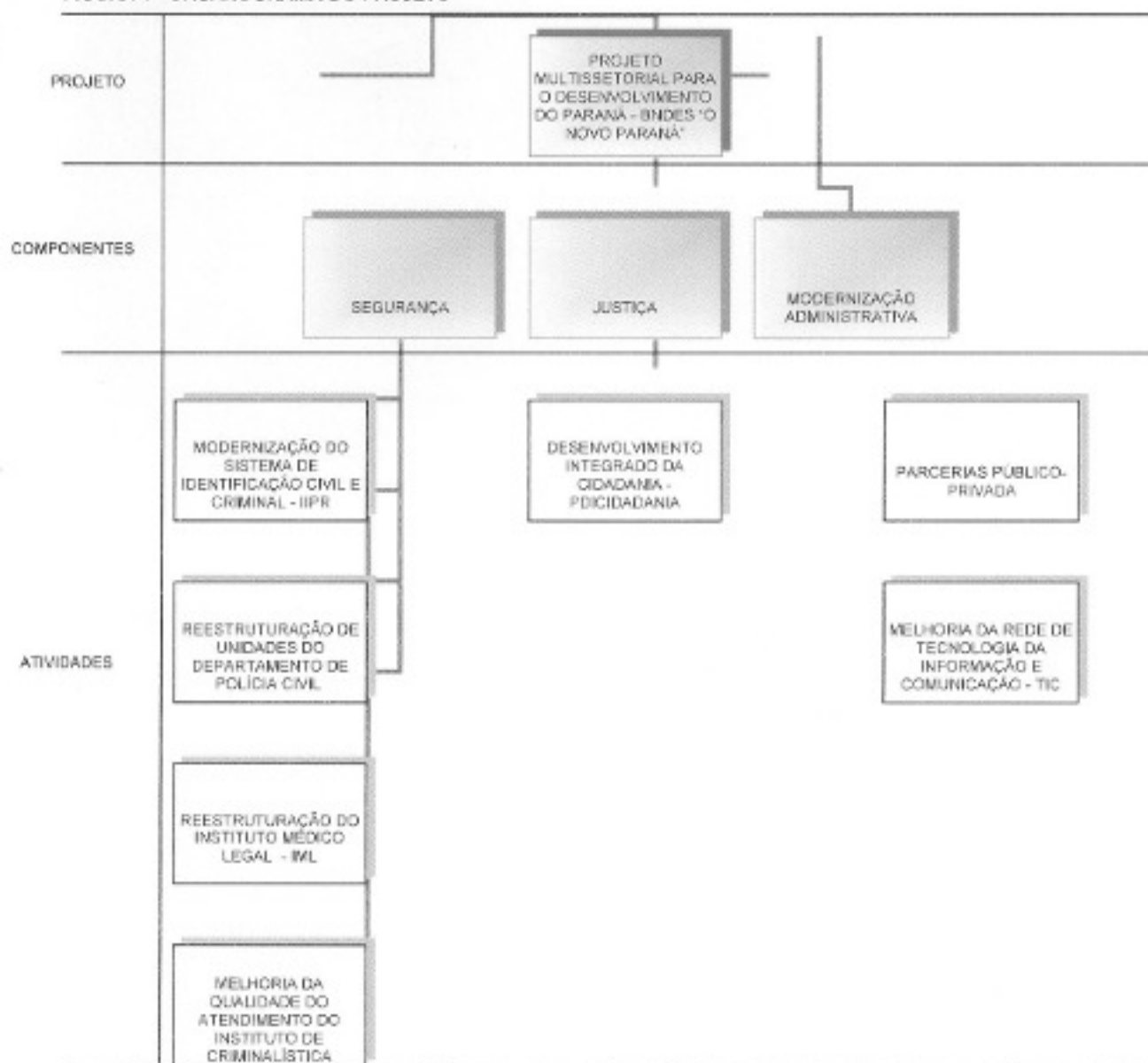
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

1.2. Componentes e Atividades do Projeto

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - BNDES é constituído por três componentes integrados por seis grandes atividades, Figura1.

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DO PROJETO



Fonte: CDG/SEPL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 907/11

Projeto de Lei nº. 907/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 088/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao BNDES, até o montante de R\$ 157.787.000,00 para financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BNDES ATÉ O MONTANTE DE R\$ 157.787.000,00 JUNTO AO BNDES. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de R\$ 157.787.000,00, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para implantação de programas constantes do Plano Plurianual e leis orçamentárias do Estado do Paraná, no âmbito do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. [grifos nossos]

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. [grifos nossos]

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. [grifo nosso]

O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

- III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



com o uso de derivativos financeiros;

Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

- I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
- II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;
- III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;
- IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
- V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;
- VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que **compete privativamente ao Governador do Estado** iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, bem como realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX – realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia (grifos nossos)


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Ademair Traiano
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 907/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 88/11, com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao BNDES, até o montante de R\$ 157.787.000,00 (cento e cinquenta e sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais) para financiamento do Projeto Multissetorial para o desenvolvimento do Paraná.

Preliminarmente ressaltamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após a devida análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que cabe a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que a Constituição do Estado em seu art. 65 assegura ao Governador do Estado a iniciativa deste tipo de matéria. Além do que, compete privativamente ao Governador do Estado, iniciar o processo legislativo, quando tratar-se de realização de operações de crédito, como a constante da presente proposta.

Informa ainda o autor que a contratação da operação de crédito, está em consonância com o art. 43, § 1º, IV, da Lei Federal nº 4320/64 (Lei Orçamentária Federal).

Com base no acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

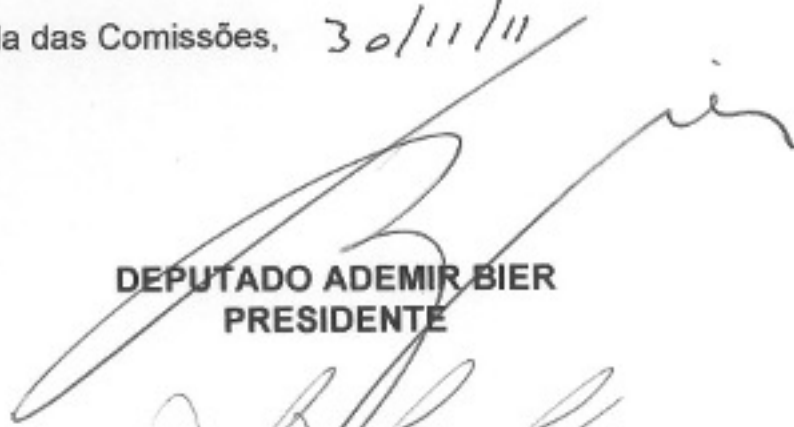


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

D. L.

Fls. 33

Sala das Comissões, 30/11/11


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 907/11

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 88/2011, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “*autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, junto ao BNDS, até o montante de 157.787.000,00 (cento e cinquenta e sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDS,*” destinados à financiamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Os recursos de que trata este crédito tem o objetivo de apoiar a modernização e reestruturação das unidades que compõem o Sistema de Segurança Pública, ampliar o número de vagas disponíveis no Sistema Penitenciário, bem como promover a modernização da gestão pública do Estado e a intensificação do uso da Tecnologia da Informação – TIC por parte dos gestores públicos.

O Poder Executivo ficará autorizado a conceder garantia diretamente ao BNDS, do principal e dos encargos da operação de crédito a que se refere o artigo 1º desta Lei em tela, por qualquer forma em direito admitida, inclusive mediante cessão dos direitos e créditos relativos ou resultantes das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no artigo 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II da Constituição Federal.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos



instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

"Art. 135 São vedados:

V — a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 05/12/2011.

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP.

RELATOR



Projeto de Lei Complementar nº 920/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 28 NOV. 2011

1º Secretário

Acresce parágrafos ao Art. 2º, da Lei Complementar 137, de 06 de julho de 2011.

Art. 1º O Art. 2º da Lei Complementar 137, de 06 de julho de 2001, fica acrescido dos parágrafos 4º e 5º, com a seguinte redação:

Art. 2º ...

....

“§ 4º A veiculação dos atos de que trata este artigo, poderá se dar por meio de extrato reduzido, no qual conste a identificação das partes, natureza do ato e a identificação do processo que lhe deu origem, com os respectivos objetos, valores e prazos.

§ 5º Em se tratando de atos relativos a servidores, o extrato de que trata o parágrafo anterior deverá conter a identificação do servidor com os respectivos números do Registro Geral e do Cadastro Nacional de Pessoa Física, o cargo ocupado, a finalidade do ato e a identificação do processo que lhe deu origem.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2011

VALDIR ROSSONI
Deputado Estadual

Plauto Miró Guimarães
Deputado Estadual

CARLO AQUINTANA

PR Golson



JUSTIFICATIVA

Para atender o comando constitucional da economicidade, elencado no artigo 27 da Constituição Estadual, entre aqueles norteadores da administração pública, é que se fez necessária a apresentação da presente proposição de lei complementar, elucidando aos gestores da coisa pública que, sem prejuízo do cumprimento do princípio da publicidade que também norteador da administração pública, o ato administrativo poderá ser publicado na forma de extrato, sem no entanto deixar de assegurar a sua ampla fiscalização pela sociedade porque seus elementos essenciais, que identificam as partes, objeto, valores, estarão preservados, em conformidade com o estabelecido nos termos dos novos parágrafos acrescidos ao artigo 2º da Lei Complementar 137/11

mauth

Neptalim



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei Complementar nº. 920/11

Autores: Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró.

Súmula: Acresce parágrafos ao Art. 2º, da Lei Complementar 137, de 06 de julho de 2011.

PREÂMBULO

O projeto de lei complementar de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró, objetiva alterar a Lei Complementar Estadual nº 137/2011, acrescentando-lhe os parágrafos 4º e 5º ao seu art. 2º, para autorizar que a veiculação dos atos dos municípios possam ser feitos por extrato reduzido, desde que conte com a identificação das partes, natureza do ato e identificação do processo com objetos, valores e prazos (§4º), bem como para constar que, em se tratando de atos relativos a servidores, o extrato deve contar sua identificação com número do RG e CPF, cargo ocupado, finalidade do ato e identificação do processo (§5º).

Veja-se, por oportuno, o que dispõe a referida Lei Complementar, que "Regulamenta os §§ 1º e 2º e o inciso II do § 4º, do art. 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios":

Art. 1º Nos termos dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, do artigo 27 da Constituição Estadual, todos os atos dos poderes públicos municipais deverão atender ao princípio da publicidade de modo a permitir que qualquer consulente saiba sua origem, destinação e os fundamentos pelos quais foram produzidos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos documentos que, nos termos da Lei, sejam gravados com sigilo.

Art. 2º Para efeito do disposto no caput do artigo 1º, os atos oficiais deverão ser veiculados, obrigatoriamente, por:

I – meio eletrônico, junto ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado;

II – mídia impressa.

§ 1º A obrigação de veiculação de que trata o caput deste artigo alcança os atos administrativos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



incluindo as respectivas administrações diretas e indiretas, que importem em realização de despesas públicas, tais como:

- a) as aquisições e locações de bens móveis e imóveis;*
- b) as doações, cessões e operações financeiras de qualquer natureza;*
- c) a admissão, nomeação, demissão, exoneração e aposentadorias de servidores e empregados públicos, incluídos os comissionados;*
- d) atos relacionados à contratação de fornecedores e prestadores de serviços, incluindo os respectivos editais de licitação;*
- e) atos relacionados à gestão fiscal.*

§ 2º Os municípios que mantenham serviços eletrônicos por meio dos quais promovam, em suas respectivas páginas de internet, a publicação de Diário Oficial Municipal, por meio das quais se garanta amplo e livre acesso às publicações dos atos oficiais, ficam dispensados da veiculação, por meio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

§ 3º A escolha do veículo para publicação em mídia impressa será feita mediante procedimento licitatório que propicie a participação de jornais de comprovada circulação no Município e região em que se situe.

Art. 3º A publicação de que trata o § 2º do artigo 27, da Constituição Estadual, dar-se-á nos termos do artigo 2º desta Lei Complementar.

Art. 4º A publicação em meio eletrônico deverá ser de amplo acesso público, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso do edital ou qualquer outro ato relativo à licitação.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Os municípios deverão se adequar ao disposto na presente Lei Complementar até o dia 1º de janeiro de 2012, cabendo ao Tribunal de Contas a fiscalização do cumprimento dos termos desta Lei Complementar.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 16.238, de 30 de setembro de 2009. [...]

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta-se que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

Quanto à matéria sob análise, observa-se o disposto na Constituição Estadual no que tange à iniciativa das Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O artigo 37, da Constituição da República, estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio da publicidade:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

Não de outra forma, pelo princípio da simetria, a Constituição Estadual previu:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte: (...)

Sobre o princípio da publicidade discorrem Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco, no seguinte sentido:

No plano jurídico-formal o princípio da publicidade aponta para a necessidade de que todos os atos administrativos estejam expostos ao público, que se pratiquem à luz do dia, até porque os agentes estatais não atuam para a satisfação de interesses pessoais, nem sequer da própria Administração, que, sabidamente, é apenas um conjunto de pessoas, órgãos, entidades e funções, uma estrutura, enfim, a serviço do interesse público, que, este sim, está acima de quaisquer pessoas. Prepostos da sociedade, que os mantém e legitima no exercício das suas funções, devem os agentes públicos estar permanentemente abertos à inspeção social, o que só se materializa com a publicação/publicidade dos seus atos.¹

¹ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. 2 ed. pg. 834.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




No que tange à veiculação por extrato, tem-se que não prejudica a publicidade, eis que o projeto de Lei contém os requisitos mínimos do que deverá constar na publicação, sendo que, por outro lado, cumpre e respeita os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, visto que as publicações não necessitarão ser tão longas, mas ainda assim preservarão o essencial e serão de fácil compreensão do público-alvo, trazendo economia aos Municípios, visto que reduzidas terão custo menor nas publicações em caso de mídia impressa.

Desta forma, o presente Projeto de Lei Complementar não padece de vício de iniciativa e está em perfeita consonância aos ditames constitucionais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em de dezembro de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR










COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 031/11

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de outubro de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

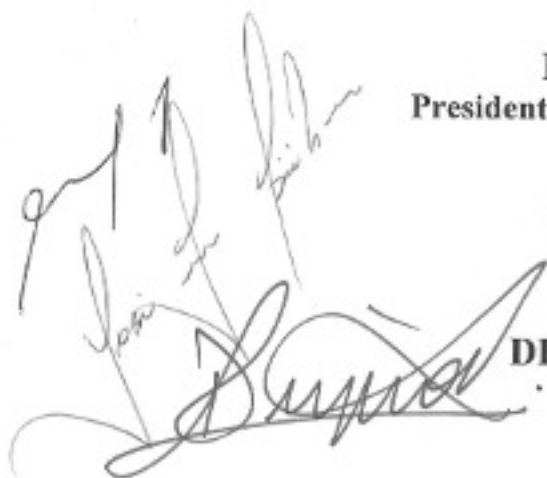
ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de outubro de 2011.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões cm, 22 de novembro de 2011.


DEPUTADO DÚLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO ALEXANDRE CURTI
Relator









COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER A PROPOSIÇÃO Nº. 031/2011

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição supracitada, prestando contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de outubro de 2011, conforme Resolução nº.003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

As despesas, constantes nos documentos entregues a este Relator, conforme Proposição nº. 031/2011, que trata das verbas indenizatórias para atender despesas dos Senhores Deputados, encontram-se em conformidade com a sua regulamentação, atendem a legislação ora vigente e não restam quaisquer dúvidas quanto a sua exatidão, merecendo sua aprovação.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

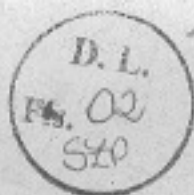
Sala das Comissões em, 22 de novembro de 2011

DEPUTADO DULIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/11

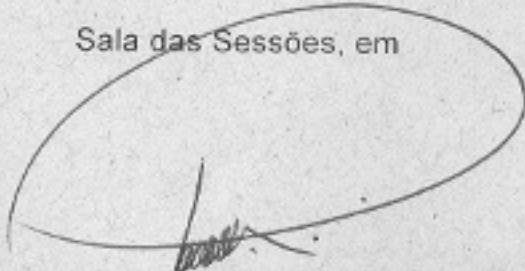
SÚMULA: Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Leitos do SUS.

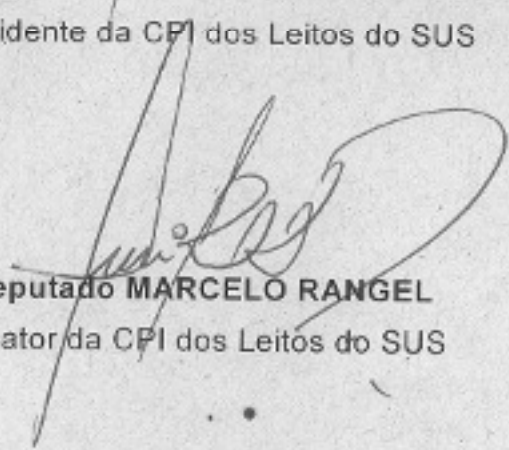


Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Leitos do SUS, constituída pelo Ato do Presidente nº 004/2011, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em


Deputado LEONALDO PARANHOS
Presidente da CPI dos Leitos do SUS


Deputado MARCELO RANGEL
Relator da CPI dos Leitos do SUS

Srs. Deputados votaram favoráveis: Aguardo.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PSC) (Pela Ordem) (Sem revêlo do orador): "Gostaria de reforçar um convite para uma Sessão Solene que teremos hoje às 19h30 em comemoração aos 60 anos da Igreja Quadrangular no Brasil. Gostaria de reforçar o convite a V. Exa. e também a todos os Parlamentares. Muito obrigado!"

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Romanelli - PSDB): "Fico aqui o convite para Sessão Solene às 19h."

Requerimento nº 8960, do autor do Deputado Tadeu Venêri, com direcionamento à

de sessão anterior, o qual foi posto em discussão.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Para Discutir) (Sem revêlo do

orador): "Apenas para recomendar a Base Aliada o voto 'não' ao requerimento."

DEPUTADO TADEU VENÊRI (PT) (Para Recaminhar) (Sem revêlo do

orador): "Deputado Ademar Traiano, estou surpreso, porque os Srs. Deputados

sempre não sabem, mas o pedido que fizemos é: 'qual o valor arrecadado pelo Detran

entre 2007 e 2010 e deste valor arrecadado qual foi a destinação dada no governo

Requillo? É isto que estamos pedindo, não sei o que leva o Deputado Ademar

Traiano a recomendar o voto 'não' a um pedido de informações que, na verdade,

se refere ao governo anterior. Não há razão, Deputado Ademar Traiano, isso é

o Srs. Deputados - entendo assim - têm direito de saber quanto foi arrecadado,

de que forma foi arrecadado, se é sem taxas ou sem multas e qual destinação é

dada a esses valores. É absolutamente incompensável que tenhamos que

uma censura, coisa que não acontece em outros Estados, São Paulo, Minas Gerais

e que talvez, Sr. Presidente, talvez devêssemos - V. Exa. tem presenciado diversas

situações, junto com o Colégio de Líderes - protestar uma situação nos pedidos

de informações aqui dentro. Porque não é possível que um pedido de informações

que apenas procura saber o quanto foi arrecadado no governo Requillo - não é nem

no governo Carlos Alberto Richa - e como foi usado este recurso, não temos pela

Assembleia Legislativa a condição de fazer a solicitação ao governo. Vamos pedir

a quem? Obviamente que vamos fazê-lo diretamente. Mas, fico me perguntando:

a Assembleia Legislativa não tem, indiretamente, de cumprir aquilo que é seu

papel, que é fiscalizar o governo. Se tivéssemos pedido algo que pudéssemos - não sei

se seria - ser obrigado do governo Carlos Alberto Richa, que ninguém pode saber,

porque comprometido o governo, quando comprometido é porque obviamente alguma

coisa não pode ser contada. Mas, o Governador Carlos Alberto Richa não pode dizer

como foi gasto e quanto foi arrecadado no governo Requillo? No governo Requillo

não podemos saber quanto foi arrecadado? Não podemos saber como foi gasto? Nem

entendemos falando do governo Richa, estamos falando do governo Requillo? Se de fato

aqueles valores eram ditos o tempo todo - sã, V. Exa. observe esta informação aqui,

se de fato foram aplicadas em rodovias, como foi dito várias vezes aqui, se foram

aplicadas, em quanto foram aplicadas? Surpreende-me, porque várias vezes, das

questões anteriores, esse pedido veio à pauta. Eu, pessoalmente, aqui onde estou

sentado a Deputada Rose Lírio, votei a favor de um destes pedidos de informações,

contribuindo a vontade do Deputado Romanelli, na época Líder do Governo e hoje

Secretário do governo Richa, porque entendo que é um direito. Agora, se não temos

condições de saber o que fez o governo Requillo, se de fato aplicou em rodovias,

até para termos um comparativo do que foi arrecadado com o que será arrecadado,

francamente, fico me perguntando, Sr. Presidente, se conseguimos cumprir nosso

papel aqui dentro. De qualquer forma, é orientação do Líder do Governo, peço para

que possamos votar 'sim' ao pedido de informações, penso que talvez o Colégio de

Líderes, em determinado momento possa discutir isso, porque fui perguntar

para alguns Deputados de São Paulo, do PSDB - Inclusive seu Partido - como

são processados os pedidos de informações. Aqui, não posso pedir de informações

pela Mesa, vai direito. Não se discute em Plenário. Porque parte-se do princípio

constitucional que é um direito do Deputado, uma prerrogativa do Deputado fazer o

pedido de informações. Então, lamento se não for aprovado. Temos que buscar por

outras maneiras, mas estamos num processo de uma censura absoluta. Não sei

se por parte do Líder do Governo, se por orientação do Governador Carlos Alberto

Richa - acho que não é - mas estamos num processo de censura absoluta. Não se

sabe absolutamente nada deste governo e muito menos do governo anterior, com

questas - inclusive o Deputado Ademar Traiano sabe, teve diversas divergências, o

por diversas vezes procurou buscar informações. Algumas, inclusive, não conseguiu,

porque o Líder do Governo, infelizmente, que era o Deputado Romanelli, tinha um

pedido de fato com relação aos pedidos de informações. Achei que não repetíamos

o mesmo e V. Exa., das três vezes uma a tribuna dizendo que, quando foi Líder

do Governo Jaime Lerner errou em algumas coisas que não errava novamente - não

podemos assim - porque aprendemos com o tempo. Mas, penso que retrocedamos.

Aquilo que eu critiquei quando o Deputado Romanelli usou de sua prerrogativa

de Líder, para que não passasse e não fosse feito também pedido de informações,

está se repetindo, infelizmente, novamente. Talvez aprendamos. Temos mais três

anos para tentarmos aprender. E espero que aprendamos, porque de um jeito ou

de outro estas coisas acabam vindo à tona. E se não pelo pedido de informações

normal, talvez pelo jeito mais dramático. Mas, espero que não seja orientação do

Governador Jaime Richa a censura aos pedidos de informações desta Casa. Muito

obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados."

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Romanelli - PSDB): "Em votação o requerimento

do Deputado Tadeu Venêri. Escrutado a votação, tivemos 10 votos 'sim' e

28 votos 'não'. Está arquivado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 17, às 10h, com a seguinte

Ordem de Dia: Relação Final do Projeto de Lei Complementar nº 048/11; dos

Projetos de Lei nºs 232, 386, 462, 494, 495, 541, 591, 642, 643, 739, 763/11 e do

Projeto de Decreto Legislativo nº 004/11; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 177,

772, 773, 774, 775 e 776/11; 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 474, 766, 767,

768, 770, 771 e 777/11. Levanto-se a Sessão."

Processo Legislativo

Comissões Especiais

RELATÓRIO FINAL

DAS CONCLUSÕES GERAIS PARA TODO O ESTADO DO PARANÁ

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Todos os dados constantes das condições abaixo expostas, estão fundamentados nas diligências realizadas no item 5 deste relatório, corroboradas em documentos e informações recebidas pelo Banco de Dados da CPI, todos digitalizados e constantes do item 6, e refletem a situação do momento das diligências, sendo que muitas irregularidades apontadas pela CPI, podem ter suas resoluções já em andamento.

O QUE PENSAM OS GESTORES PÚBLICOS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

Pesquisas recentes mostram que a pressão das unidades sobre os pontos de urgência é inevitavelmente o principal causa de insatisfação dentro do sistema de saúde do Paraná. Em todas as regiões de saúde existem serviços hospitalares de referência, contudo esses hospitais não conseguem absorver toda a demanda por atendimentos mais complexos.

Apesar de o Estado dispor de 434 hospitais públicos, filantrópicos e privados, que atendem ao SUS, e oferecem 22.710 leitos hospitalares, há falta de leitos resolutivos, com equipes especializadas e qualificadas para atender e resolver adequadamente problemas de saúde mais complexos, como são os casos do trauma maior, e as emergências clínicas (infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral), principalmente, assim como há falta de leitos de UTI e leitos clínicos e cirúrgicos resolutivos em quase todas as regiões do estado.

Há um grande quantitativo de hospitais de pequeno porte, (332 com menos de 50 leitos), que em geral tem baixa capacidade resolutiva, pela insuficiência da escala adequada, poucos recursos humanos especializados e baixa agregação tecnológica. Do total dos hospitais do Paraná que atendem SUS apenas 49 tem mais de 100 leitos, que representam 11%.

A análise dos dados referentes ao quadro de internações hospitalares no Brasil, em 2010, coloca o Paraná como o Estado da Federação com o maior percentual de internações hospitalares pagas no período, bem como o maior valor por capita de gastos hospitalares no Brasil.

Apesar do expressivo número de internações realizadas no ano de 2010 verificamos, que 23,7% do total de internações foram por condições sensíveis a atenção ambulatorial, portanto são internações que poderiam ser evitadas com uma boa atenção primária.

Estudo realizado em 2009, pelo SESA demonstra que em algumas regiões de saúde do Estado este percentual atinge o limite de 62,14% na 21ª RS e 39,41 % na 22ª RS. Isto mostra um significativo número de internações que poderiam ser evitadas desde que tivéssemos uma atenção primária a saúde qualificada nos municípios paranaenses.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é de que apesar do percentual de internações no Paraná de 7,67% da população/ano, próximo do limite recomendável, vários municípios extrapolam em muito este teto atingindo um percentual de até 17%.

Do um total de 880.660 internações hospitalares realizadas em 2010 no Paraná, foram realizadas 458.126 em municípios que estão sob gestão estadual e 422.534 correspondem a internações de municípios que assumiram o gestão dos prestadores, conforme disposto no Termo de Compromisso de Gestão previsto no Pacto pela Saúde.

Número de Internações por modalidade de Gestão e complexidade do atendimento - Paraná/2010

Gestão	Média complexidade	% do total do Estado	Alta Complexidade	% do total do Estado	Total
Estadual	437.183	59	20.943	18	458.126
Municipal	308.646	41	33.888	62	342.534
Total	745.829	100	54.831	100	800.660

Fonte: DATASUS / MS

**Custo Hospitalar por modalidade de gestão e complexidade de atendimento Paraná/2010**

Gestão	Média complexidade	% do total do Estado	Alta Complexidade	% do total do Estado	Total
Estadual	313.749.967	45	1.345.639	43	427.453.623
Municipal	215.981.611	47	151.935.200	57	427.916.811
Total	519.731.578	100	268.585.839	100	955.319.416

Fonte: DATASUS / MS

A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná tem sob sua gestão 331 hospitais no Paraná que realizam em média 38.250 internações por mês, essas internações tem um custo de cerca de R\$ 27 milhões mensais, e são realizados cerca de 3.628.095 procedimentos ambulatoriais especializados (consultas, exames de apoio diagnóstico e procedimentos terapêuticos) com um custo médio mensal de R\$ 20 milhões.

Todo este contexto evidencia a existência no Paraná de um modelo centrado na assistência hospitalar, desarticulada da atenção primária à saúde e desprovida de um sistema regulador.

O Paraná tem 399 municípios que devem se apoiar mutuamente na oferta de serviços de saúde. A atenção secundária e terciária está localizada em municípios de maior porte populacional, os municípios pólos das 22 regiões de saúde do estado, onde há maior agregação tecnológica e especialização de recursos humanos na prestação de serviços de saúde.

Nos últimos anos o governo do Paraná não investiu em um sistema informatizado de regulação para que a Secretaria de Saúde pudesse regular a oferta de serviços, os fluxos de acesso aos serviços de saúde são assistentísticos, centrados permeando em busca de assistência, com grandes deslocamentos para conseguir atendimento. Não há sistema de regulação da porta de entrada do prestador, sem percepção dos recursos assistenciais disponíveis no SUS. O acesso aos serviços muitas vezes é definido em razão de questões financeiras ou de interesse do profissional em detrimento das necessidades do cidadão.

As informações disponíveis sobre as reais necessidades assistenciais são insuficientes, em razão da ausência de um sistema que permita o agendamento e a busca de serviços, o controle dos atendimentos realizados, e os que não foram atendidos por problemas de oferta insuficiente, tampouco há mecanismos de priorização dos casos mais graves.

O QUE RECOMENDAM OS GESTORES PÚBLICOS DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ

1. Acionar a sugestão da CPI dos Leitos do SUS de implantar na Secretaria de Estado da Saúde um sistema informatizado de regulação assistencial, para melhorar o controle e o acesso dos usuários aos serviços de saúde, em tempo oportuno, com enfoque na regulação dos leitos;
2. Capacitar as equipes de atenção primária nos municípios para melhorar o atendimento nas unidades básicas de saúde;
3. Capacitar as equipes profissionais que atuam nas áreas de urgência e emergência e atenção materno infantil dos hospitais de referência para esse tipo de atendimento;
4. Estabelecer protocolos de atendimento nas situações de urgência e emergência com enfoque especial ao trauma e emergências clínicas, para garantir atendimento adequado em todos os hospitais que são referências para os atendimentos de urgência e emergência;
5. Implementar a classificação de risco em todos os hospitais que atendem SUS, de forma que os atendimentos sejam realizados pela gravidade do caso e não por ordem de chegada ao hospital;
6. Investir em melhoria das estruturas físicas e de equipamentos dos hospitais para ampliação do número de leitos de UTI adulto, neonatal e pediátrica;
7. Ampliar a capacidade resolutiva dos diferentes serviços hospitalares, permitindo fluxo assistencial ágil para todos os pacientes, incluindo: leitos equipados em Unidades de Emergência, Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Salas Cirúrgicas e Leitos de Terapia Intensiva;
8. Implantar unidades de pronto atendimento nos municípios, de acordo com tempo resposta, conformando a rede de urgência e emergência do estado, de modo que todo cidadão tenha acesso a um serviço de urgência, no menor distúrcia e tempo possível.

DAS CONCLUSÕES DA CPI DOS LEITOS DO SUS**1. SUPERLOTAÇÃO EM ALGUNS HOSPITAIS E SOBRA DE LEITOS EM OUTROS ADJACENTES.****CAUSA:**

- Má gestão do sistema de distribuição de leitos;

- Comunicação precária entre Centros de Regulação de Leitos e Hospitais;

CONCLUSÃO:

- Necessidade de instalação de Central de Regulação de Leitos Estadual on line, disponibilizando em tempo real, a informação de ocupação, vagas as unidades de saúde e a população em geral, assim como aos órgãos públicos de fiscalização, contendo a Central Estadual e cada Central Regional pelo menos um profissional médico para avaliação das complexidades e prioridades nas intervenções. (com fiscalização regional e municipal). (proposta da CPI acatada pela SESA)

2. NÃO FALTAM LEITOS DO SUS NO ESTADO DO PARANÁ, PORÉM EXISTEM LEITOS DESATIVADOS SEM CONTRATUALIZAÇÃO PELO SUS (ENFERMIARIAS EQUIPADAS) E LEITOS INATIVOS, QUE CONTRATUALIZADOS ESTES PELO SUS, MELHORARIAM O ATENDIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ**CAUSAS:**

- Má gestão;
- Falta de destinação de recursos para operacionalização de leitos desativados ou inativos;
- Falta de destinação de recursos para operacionalização de salas cirúrgicas e de UTIs inativas;
- Falta de vagas de UTI neonatal e infantil.

CONCLUSÃO:

- Necessidade de contratualização pelo SUS dos leitos instalados, que estejam como desativados;
- Ativação dos leitos inativos contratualizados pelo SUS, por meio do melhor gestão da regulação de distribuição de leitos, destinando pacientes a estes leitos inativos;
- Instituição de Programa para Recuperação dos Leitos Desativados nos últimos 4 anos junto a rede privada, como previsão de crescimento da demanda vegetativa. (Paraná perdeu mais de 1.500 leitos nos últimos 4 anos, segundo dados do pesquisa de assistência médica sanitária do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

<http://www.gazetamaringa.com.br/online/contendo.php?id=1&id=10972750r1vzozpode15-utl-leitos-de-internacao-em-4-anos>

3. CONFLITO ENTRE ESTADO E MUNICÍPIOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS.**CAUSAS:**

- Municípios desviam o atendimento de porta de entrada, em especial na área de ortopedia;

CONCLUSÃO:

- Em caráter de urgência o Estado deve promover, a princípio, a reunião do Conselho Bipartite, e a posterior, Tripartite, visando buscar a implantação de novo repactuação dos fluxos de atendimento;
- Instituição de novo Plano Diretor de Regionalização, e nova contratualização geral dos serviços do SUS, com imposição de metas, antecipando as diretrizes impostas pelo decreto federal nº 7508/2011 de 28 de junho de 2011.

4. NECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO EMERGENCIAL DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUITA AOS HOSPITAIS CONVENIADOS.**CAUSAS:**

- Superlotação;
- Priorização de interesses locais, com desconexão ao Princípio da Universalidade de Atendimento do SUS;
- Muitos Municípios desviam a porta de entrada nos áreas de maior fluxo e despesa, para operacionalização nas unidades de responsabilidade do Estado (Hospitais Universitários e Regionais);
- Falta de humanização nos procedimentos;
- Descumprimento das determinações indicadas pelas fiscalizações da Vigilância Sanitária, sem penalização dos Gestores Hospitalares envolvidos.

CONCLUSÃO:

- Necessidade de integração do sistema aos interesses globais do Estado, e não regionais ou locais, por meio de imposição de Termos de Ajustamento de Conduta, determinando prazos e sanções legais e administrativas aos gestores responsáveis pelos serviços, objetivando reverter as causas dos problemas.

5. EXCESSO DE FUNCIONÁRIOS EM TODOS OS HOSPITAIS PÚBLICOS QUANDO COMPARADOS COM HOSPITAIS PRIVADOS, SE OBSERVADA A RELAÇÃO FUNCIONÁRIOS-SERVIDOR-EMPREGADO/LEITO.**CAUSA:**

- Má gestão;

CONCLUSÃO:

- Necessidade de auditoria operacional do Estado visando identificar, em cada unidade pública, os áreas com excesso de pessoal e áreas carentes de recursos humanos, visando emendamentos, consumo público, além da verificação dos recursos destinados à saúde.

6. NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DA FIGURA DO MÉDICO HOSPITAL-

ISTA PERMANENTE DENTRO DO HOSPITAL, PARA RECEPÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS PACIENTES DENTRE AS ESPECIALIDADES COM ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS ATÉ A ALTA HOSPITALAR, VISANDO A MELHORIA DO VÍNCULO DO MÉDICO COM O HOSPITAL E MELHORIA DOS INDICADORES DE RESOLUTIBILIDADE;

7. OBRIGATORIEDADE DE ESPECIALIZAÇÃO COMPROVADA EM ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR PARA NOMEAÇÃO EM CARGOS DE DIREÇÃO GERAL, SUPERINTENDÊNCIA E GERENTES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS DAS UNIDADES HOSPITALARES.

8. OBRIGATORIEDADE DE PARTICIPAÇÃO DO CORPO CLÍNICO EM CURSOS BIANUAIS DE HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (INCLUSO ALUNOS DAS UNIVERSIDADES), INCLUI-SE NESTES CURSOS OS FUNCIONÁRIOS SERVIDORES EMPREGADOS, QUE ALÉM DOS CURSOS DE HUMANIZAÇÃO, NECESSITAM DE INTEGRAL APOIO À SUA SAÚDE FÍSICA E MENTAL, ESPECIALMENTE PSICOLÓGICA, ESTENDENDO TAMBÉM ASSISTÊNCIA SOCIAL. A REMUNERAÇÃO DO SETOR DE ENFERMAGEM, DEVE MERECER ATENÇÃO ESPECIAL, A FIM DE QUE O PROFISSIONAL NÃO NECESSITE DE OUTROS EMPREGOS PARA COMPLEMENTARIZAR SUA RENDA, SITUAÇÃO PREJUDICIAL À QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

9. OBRIGATORIEDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS VISANDO A IMEDIATA REDUÇÃO DE PACIENTES VÍTIMAS DE TRAUMAS OCASIONADOS PELO TRÂNSITO, ESPECIALMENTE MOTOCICLISTAS, COLISÕES DE VEÍCULOS E ATROPELAMENTOS, E TAMBÉM NAS HIPÓTESES DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E DROGAS, CAUSAS DE SUPERLOTAÇÃO DE HOSPITAIS.

10. NECESSIDADE DE CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS E OBRIGATORIEDADE DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI ESTADUAL Nº 16.790/2010, (DIVULGAÇÃO DO NÚMERO DE LEITOS VAGOS EM CADA UNIDADE DE SAÚDE)

11. INOPERÂNCIA DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE, TANTO DA UNIÃO, COMO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS.

- DENASUS – departamento Nacional de Auditoria do SUS no Paraná encontra-se desoperante, sem funcionários auditores, não cumprindo com sua função, sem autonomia dependendo de ordem da esfera federal para atuar – último auditorio apresentado à CPI, feito em 2007;
- Necessidade urgente de atualização das auditorias do Tribunal de Contas do Estado em todas as unidades de saúde conveniadas;
- Conselho Estadual e Municipal de Saúde não encontram ressonância nos órgãos de fiscalização e de representação judicial;
- Falta de atuação de alguns Conselhos Municipais de Saúde vinculados à administração municipal e a hospitais em detrimento da função fiscalizadora;
- Falta de atuação do Ministério Público junto a algumas unidades de saúde superlotadas;
- Morosidade processual das ações do Judiciário, principalmente nos casos de corrupção e onerosidade dos Custos Hospitalares;
- Falta de acordo interno com o setor impondo obrigações de fiscalização à Comissão de Saúde Pública da Assembleia Legislativa e da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional;
- Necessidade de instituição do Frente Parlamentar de Fiscalização dos Leitos do SUS no âmbito do Paraná, para continuidade dos trabalhos fiscalizatórios e diligências desta CPI.

12. BAIXO VALOR DAS AHS – AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR, NOS PROCEDIMENTOS DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE. NECESSIDADE DE REVISÃO DO TETO FINANCEIRO DE ALGUMAS UNIDADES, QUE CUMPRIM COM A OBRIGATORIEDADE DO ATENDIMENTO, COM CUSTO SUPERIOR A ESTE, NECESSIDADE DE REAJUSTE DA TABELA SUS, PARA PAGAMENTO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E DE MÉDICOS, VISTO, TAMBÉM, COMO MEIO DE INCENTIVO A INTERIOREZAÇÃO DE PROFISSIONAIS. NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE EXAMES DE MAIOR COMPLEXIDADE E DE TECNOLOGIAS MAIS AVANÇADAS VISANDO REDUZIR O TEMPO DE ESPERA DOS DIAGNÓSTICOS.

13. NECESSIDADE DE FISCALIZAÇÃO MAIS EFETIVA NOS MUNICÍPIOS, VISANDO MAIOR EFICIÊNCIA NA GESTÃO E NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE, FISCALIZANDO TAMBÉM A TERCEIRIZAÇÃO IRREGULAR POR MEIO DE ENTIDADES CRIADAS PARA DESVIOS DE RECURSOS DA SAÚDE.

- A CPI constatou que inúmeros pacientes oriundos de Municípios de menor porte nos Regionais, têm causado superlotação nos pontos de entrada das grandes centros. Neste sentido, verifica-se que muitos casos se tratam de baixa complexidade e poderiam ser atendidos nos Municípios de origem, reforçando a necessidade de investimentos substanciais na qualificação dos profissionais, tecnologia e remuneração, muito embora saiba-se que tanto o Estado quanto a União poderiam executar essas ações a partir do exercício de 2012.

13.1. NECESSIDADE DE QUE A UNIÃO COMO ÓRGÃO INSTITUIDOR E GERENCIADOR DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SOFTWARES) PROMOVA UMA RACIONALIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO NACIONAL VISANDO CONSTITUIR BASE DE DADOS UNIFICADA E INTEGRADA PARA RECEPÇÃO DAS INFORMAÇÕES DAS UNIDADES DE SAÚDE E DIVULGAÇÃO ENTRE OS INTERESSADOS, INCLUSO CONTROLES SOCIAIS E ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DE TODAS AS ESFERAS GOVERNAMENTAIS;

14. NECESSIDADE DE DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO SUS PARA O INTERIOR DO ESTADO CONFORME DEMANDA.

15. REESTRUTURAÇÃO URGENTE DO SAS – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR;

DAS CONCLUSÕES ESPECÍFICAS DE CADA DILIGÊNCIA REALIZADA PELA CPI

16. DAS CONCLUSÕES SOBRE AS REGIONAIS DILIGENCIADAS.

16.1. DAS CONCLUSÕES NA REGIÃO DE CURITIBA

16.1.1. DAS CONCLUSÕES REFERENTES AO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFPR - CURITIBA – FUNDAMENTADA NO ITEM 5.3, DESTA RELATÓRIO:

- Existência de número excessivo de leitos desativados (135);
- Necessidade de contratualização pelo SUS dos leitos desativados;
- Concurso público para vagas estomatológicas secundárias para substituição desses leitos;
- Necessidade de ampliação da UTI Neonatal;
- Necessidade de priorização da assistência à saúde, colocando o Hospital em condições para melhor atuação como Hospital Universitário-Escola;
- Necessidade de auditoria operacional na área de Gestão de Recursos Humanos visando à otimização destes, na aplicação dos recursos da FUNPAR, vinculados ao Hospital de Clínicas, em especial ao corpo funcional disponibilizado de forma irregular e nos demais pontos;

16.1.2. SUPERLOTAÇÃO NOS PRONTO-ATENDIMENTOS DE CURITIBA, OCORRENDO SUSCITADAS SUSPENSÕES DE SERVIÇOS NO HOSPITAL DO CAJURU E HOSPITAL DO TRABALHADOR, DENOTANDO QUE O MUNICÍPIO DE CURITIBA, NECESSITA DE AMPLIAÇÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO DE LEITOS DESATIVADOS, VISANDO A MELHORIA DO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PARA ATENDER O CRESCIMENTO VEGETATIVO DA CIDADE E DA REGIÃO METROPOLITANA;

16.1.3. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES DENUNCIADAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL ERASTO GABRIELER – (DOC. Nº 000159-11, CONSTANTE DO ITEM 4.5), RELATADO NO ITEM 5.20, TODOS DESTA RELATÓRIO.

CONCLUSÃO:

- Encaminhamento ao Ministério Público para investigação no âmbito da sua competência.

17. DAS CONCLUSÕES REFERENTES À REGIONAL DE LONDRINA.

17.1. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES EXISTENTES NOS ESCALÕES DA GESTÃO PLENA DA SAÚDE QUE INCAPACITA A AÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL.

CAUSA:

- Desvio de recursos públicos por meio de terceirizações de serviços de saúde já representados pelos Ministérios Público, Federal e Estadual.

CONCLUSÃO:

- Coes no sistema de atendimento;
- Necessidade de auditoria das contratações, entre Ministério Público e o Estado na fiscalização;
- Necessidade de verificação mediante auditoria do Tribunal de Contas do Estado de fato, para fins de consolidação do real índice de aplicação



municipal na área da saúde, com vista à verificação do cumprimento do inciso III, do artigo 34, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº29, objetivando intervenção do Estado para reorganização específica da área da saúde, motivados pelos seguintes fatos:

- A. Diversas ações no judiciário promovidas pelo Ministério Público por descumprimento de recursos;
- B. Estado de emergência decretado por duas oportunidades pelo município, sem efeitos;
- C. Auditoria TCU aponta irregularidades - 2009;
- D. Auditoria TCE aponta irregularidades;
- E. Contratos de OSCIPs foram cancelados;
- F. Médicos ameaçam paralisação;
- G. Funcionários ameaçam paralisação;
- H. Falta de leitos para atender a demanda local e regional;
- I. Incapacidade do Município gerir o problema;

- Necessidade em realizar Conferência das Comissões Bipartite e Tripartite objetivando implantação de nova repactuação dos fluxos de atendimento, instituição de novo Plano Diretor do Regional de Londrina, e nova contextualização geral dos serviços do SUS, com imposição de metas, antecipando as diretrizes impostas pelo Decreto Federal nº 7508/2011 de 28 de junho de 2011.

17.2. CONCLUSÕES REFERENTES AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA, HOSPITAL ZONA SUL E ZONA NORTE

CAUSA:

- Má gestão;
- Superlotação;
- Atendimento irregular de pacientes nos corredores do pronto socorro;
- Falta de equipamentos;
- Falta de comunicação adequada com as Centrais de Leitos.

CONCLUSÃO:

- Necessidade de conclusão imediata das obras do Hospital Universitário;
- Necessidade de aquisição de equipamentos;
- Necessidade de repactuação dos fluxos dentro as unidades de saúde de Londrina;
- Necessidade de instituição de Central de Regulação de Leitos Estadual ou Ave. (para fiscalização regional e municipal).

17.3. A CPI ENTENDE, PELA NECESSIDADE URGENTE DE VISTORIA, DO RESPECTIVO ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE LONDRINA, NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO, ZONA SUL E ZONA NORTE, PARA VERIFICAÇÃO DA OBSERVÂNCIA DOS APOSTAMENTOS CONSTANTES DO DOC. 080166-11, DO ITEM 6.5, DESTA RELATÓRIO, SENDO QUE INEXISTINDO OBSERVÂNCIA, SE PROCEDA A DEVIDA REPRESENTAÇÃO JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA RESPONSABILIZAÇÃO DOS GESTORES OMISSOS.

18. DAS CONCLUSÕES REFERENTES À MARINGÁ.

CAUSA:

- Superlotação no Hospital Universitário de Maringá;
- Pacientes em risco de óbito pela longa espera de atendimento em cirurgias (ortopedia);
- Falta de humanização nos procedimentos;
- Falta de investimento do Estado para a conclusão do projeto original do HUM;
- Falta de investimento do Município para a ativação do Hospital Municipal de Maringá;
- Falta de acolhida e humanização para o Hospital Santa Rita, que se negou, em caráter temporário e emergencial, a atender a demanda de superlotação do Hospital Universitário de Maringá;
- Descontrole do cumprimento efetivo da jornada de trabalho dos médicos;

CONCLUSÃO:

- A CPI impõe um Termo de Ajustamento de Conduta e promove o pacto entre todos os atores envolvidos no 15º Regional de Saúde do Estado, que desafoga, temporariamente, a superlotação no Hospital Universitário de Maringá, na forma dos relatos constantes no item 5.5, deste Relatório.
- Necessidade urgente de o Estado promover a conclusão do projeto original do HUM.

- Necessidade urgente de o Município de Maringá promover a conclusão do Hospital Municipal ajustando a unidade para atuar também como posto de entrada, principalmente nos casos de ortopedia.
- Enquanto não houver a imediata conclusão do projeto original do HUM, a ativação do Hospital Municipal e a integralização a todas as indicações do Termo de Ajustamento imposto por esta CPI, a situação tende a permanecer em estado crítico.

18.1. DA RESPONSABILIZAÇÃO DAS OMISSÕES DE PROFISSIONAIS E INSTITUIÇÕES HOSPITALARES OCORRIDAS NO ÂMBITO DA CIDADE DE MARINGÁ NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DA CPI.

- Durante as diligências, constatada superlotação no Hospital Universitário de Maringá, ocorreram queixas de familiares que pacientes ficam a óbito, decorrente de suposta omissão e negligência por conta da demora no atendimento cirúrgico. Neste sentido, a CPI entende que irregularidades aconteceram, sendo acionada de imediato, por meio do ofício o Ministério Público local, para aprofundamento da investigação dos fatos e responsabilização dos gestores de instituições e profissionais médicos envolvidos.

19. DAS CONCLUSÕES REFERENTES À REGIÃO DE PATO BRANCO E FRANCISCO BELTRÃO

- Dicsonomia existente entre o Hospital Regional Dr. Walter Albino Pecoito, que é sub-utilizado, enquanto Hospital de Casével, Maringá, Pato Branco, dentre outros, se encontram superlotados.

CAUSAS:

- Discriminação regionalista;
- Falta de atendimento no Princípio da Universalidade do SUS;
- Má gestão do Sistema;
- Falta de comunicação entre as Regionais e Central de Regulação de Leitos;
- Excesso de funcionários em determinadas áreas, existindo também falta de médicos e especialistas em outras no Hospital Walter Albino Pecoito de Francisco Beltrão (OBS: Hospital em fase de construção).

CONCLUSÃO:

- Necessidade de instituição de Central de Regulação de Leitos Estadual ou Ave, disponibilizando em tempo real, a informação de ocupação, a todas as unidades de saúde e a população em geral, assim como aos órgãos públicos de fiscalização (sem fiscalização regional e municipal);
- A CPI entende pela destinação das demandas constantes do item 5.7, deste relatório, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado relativas à terceirização de serviços, cujos concursos estão vigentes;

20. DAS CONCLUSÕES REFERENTES À REGIÃO DE PONTA GROSSA.

- A CPI constatou inúmeras irregularidades em sua diligência e por meio de denúncias na região de Ponta Grossa, todas amplamente relatadas no item 5.10, deste relatório.

CAUSAS:

- Flecos decorrentes a total falta de comunicação entre as Regionais e entre as Centrais de Leitos;
- Inúmeras irregularidades apontadas pelo Conselho Regional de Medicina, no Hospital Municipal;
- Falta de leitos de UTIs;
- Médicos não comparecem com sua jornada de trabalho, em especial os terceirizados;
- Superlotação no Hospital Municipal;
- Inauguração prematura do Hospital Regional de Ponta Grossa;
- Sub-utilização do Hospital de Cirurgias;
- Inadequação do Hospital Regional às normas de vigilância sanitária;
- Má gestão no Hospital Regional com desperdício de recursos públicos em salários, em torno de R\$ 1,2 milhões mensais, além do custo de manutenção de uma estrutura sub-utilizada, com taxa de ocupação média do 4º trimestre de 2010, que foi de apenas 2,5%, com média de 16 internamentos por mês;
- Aditivos no orden de 67%, na construção do Hospital Regional de Ponta Grossa, por conta de erros no projeto original, inicialmente previsto em R\$ 14.987.455,67, com acréscimo de 2.000, R\$ 24.988.447,85, sendo que na atualidade este valor supera o R\$ 40 milhões de Ror, necessitando ainda de maiores investimentos para entrar em perfeito funcionamento;
- Elevado número de terceirizações;
- Central de Regulação atuando como Central de agendamento de consultas médicas, sofrendo influências externas.

CONCLUSÃO:

- A CPI entende necessária a realização de ampla auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado para a verificação dos gastos com a saúde pública no Município de Ponta Grossa, com atualização dos dados já disponibilizados no item 5.10 e responsabilização pelo desperdício de recursos com falta de pagamento e manutenção no período em que a unidade hospitalar está impedida de funcionar plenamente;
- A CPI entende necessária a realização de ampla auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado nos gastos municipais com terceirizações, verificando a efetividade da prestação de serviços contratados;
- Necessidade de investimento para ampliação do número de leitos de

UTIs:

- Denúncias de atraso e negligências médicas recebidas pela CPI, encaminhadas ao Ministério Público e ao CUM – Conselho Regional de Medicina;
- Necessidade de investimentos, principalmente do Município, no Hospital de Criança, para contratação de especialidades e compra de novos equipamentos, pois a instituição tem capacidade física para ampliação de atendimento para as especialidades de cardiologia, traumatologia, neurologia e oncologia, atividade que desafiaria o fluxo e a superlotação do Hospital Municipal e de outros da Região;

21. DAS CONCLUSÕES REFERENTE ÀS REGIÕES DE PARANAVAI E UMUARAMA.

21.1. DAS CONSTATACÕES DA REGIÃO DE PARANAVAI NA FORMA DO ITEM 5.13, DESTA RELATÓRIO.

CAUSAS:

- Superlotação no pronto atendimento;
- Manutenção irregular de pacientes no pronto atendimento aguardando vagas para internação em leito hospitalar;
- Falta de especialistas nas áreas de ortopedia e neurocirurgia;
- Condições precárias das instalações do Pronto Atendimento;
- Ambulância deteriorada e ainda em funcionamento o que coloca em risco a vida do servidor e de pacientes;
- Equipamentos velhos e falta de reposição;
- Falta de credenciamento na área de oncologia fazendo com que pacientes tenham que se deslocar à Umuarama e Cascavel;

CONCLUSÕES:

- Necessidade de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para verificação dos gastos municipais na área de saúde;
- Necessidade de imediata reposição de equipamentos velhos, recolhimento imediato de ambulância sem condições de rodagem;
- Necessidade de investimentos do Município e do Estado para ampliação do número de leitos hospitalares em Paranavai;
- Necessidade de investimentos para melhoria física de equipamentos;
- Necessidade de viabilizar/regularizar perante o Ministério da Saúde para dar condições de implantação de serviços na área de oncologia em clínica antigamente habitada;

21.2. DAS CONSTATACÕES DA REGIÃO DE UMUARAMA NA FORMA DO ITEM 5.13, DESTA RELATÓRIO.

CAUSAS:

- Existência de leitos vagos e leitos de UTIs disponíveis no Hospital CEMIL, sem a entrada da Central de Leitos;
- Atendimento preferencial aos Municípios de Umuarama, em afronta ao Princípio da Universalidade do SUS no Hospital CEMIL;
- Condições sanitárias inadequadas nos Hospitais CEMIL e São Paulo, conforme relatório da vigilância;
- Rodízio entre Hospitais relativo ao atendimento da porta de entrada de emergências de acordo com o dia da semana;

CONCLUSÕES:

- Necessidade de instigação da Central de Regulação de Leitos Estadual on-line, disponibilizando em tempo real, a informação de ocupação, a todos os unidades de saúde e à população em geral, assim como aos órgãos públicos de fiscalização (com fiscalização regional e municipal);
- Encaminhamento ao Ministério Público dos relatórios elaborados pela vigilância sanitária, para investigação e responsabilização;
- Necessidade de atendimento do Princípio da Universalidade dos Leitos do SUS;
- Atendimento sub-humano com pacientes psiquiátricos e viciados em drogas ocupando o mesmo espaço em desconformidade com a legislação na Clínica Santa Cruz de Umuarama. Existência de 30 leitos não utilizados, com seus espaços destinados ao atendimento ambulatorial;

22. DAS CONCLUSÕES NA REGIÃO DE CASCAVEL E TOLEDO.

22.1. DAS CONSTATACÕES NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE CASCAVEL, NA FORMA DO ITEM 5.13, DESTA RELATÓRIO.

- Superlotação;
- Pacientes mantidos na Unidade de Pronto Atendimento Municipal em virtude da superlotação e descontrolado da Central de Regulação de Leitos;
- Atendimento de pacientes em corredores;
- Quartos destinados a leitos sendo utilizados como setores administrativos, tornando uma sala íntima do Hospital;
- Excesso de servidores no andar de 7 por leito (sete profissionais por leito);
- Pagamento de 15.187 Horas Extras/mês em apenas um mês;
- Elevado nível de terceirização dos profissionais da área médica, com índices de irregularidade;
- Contratação de empresa de serviços médicos, em cuja composição societária consta o servidor Diretor Clínico do Hospital Universitário;

- Péssimas condições de conservação dos equipamentos hospitalares;
- Acúmulo de mobiliário sanitário sendo depreciado;
- Má conservação da estrutura física do Hospital;
- Péssimas condições sanitárias;
- Calotas cirúrgicas provenientes do centro cirúrgico, encontradas no freezer da farmácia do hospital, conforme relatório de vigilância sanitária, após solicitação da CPI;
- Não realização de investigações de reações transfusionais, informando ao serviço de hematoterapia, bem como não manutenção da investigação arquivada no prontuário do paciente, sendo que as aquisições de transfusão não contém o CRM do médico prescriptor;
- Controle ineficiente da infecção hospitalar;

CONCLUSÃO:

- A CPI entende necessária a realização de ampla auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado para a verificação dos gastos com a saúde pública no Hospital Universitário de Cascavel, em especial nas obras, contratos terceirizados, horas extras, manutenção e compra de equipamentos;
- A CPI entende necessário o urgente encaminhamento ao Ministério Público Federal e Estadual, para investigação dos fatos e constatações constantes do item 5.13, deste relatório;
- Necessidade de instigação da Central de Regulação de Leitos Estadual on-line, disponibilizando em tempo real, a informação de ocupação, a todos as unidades de saúde e à população em geral, assim como aos órgãos públicos de fiscalização (com fiscalização regional e municipal);

22.2. DAS CONSTATACÕES NO MUNICÍPIO DE TOLEDO.

- Grave problema por descredenciamento da área de neurocirurgia no Município. Ministério Público local atuante, necessitando apoio para resolução do problema. População de Toledo reclama por solução das autoridades Competentes;

CONCLUSÃO:

- Necessidade de atuação da Bancada Federal junto ao Ministério da Saúde com vistas ao credenciamento/ flexibilização para o cumprimento dos requisitos impostos pela Portaria nº 2.920/98, do Ministério da Saúde, que prevê o credenciamento em alta complexidade em neurologia (Nível III), além da promoção de credenciamento de Clínica existente junto ao Hospital Bom Jesus, que já atuava na área de neurocirurgia anteriormente;

23. DAS CONCLUSÕES DA REGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU.

23.1. DAS CONSTATACÕES NO HOSPITAL MUNICIPAL DE FOZ IGUAÇU NA FORMA DO ITEM 5.14, DESTA RELATÓRIO.

- Terceirização dos serviços do Hospital Municipal de forma irregular e lesiva aos cofres públicos; através de organização social FIJO-SAUDE Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, com sede em São Paulo, com cobrança de taxa de administração, planilhas de distorção sem controle adequado, sem anuência do Conselho Municipal com total repasse da gestão à organização sem custo anual de R\$ 34.764.000,00;
- Distorção no índice limite de gastos com pessoal por conta de erro técnico na contabilização das despesas com o contrato terceirizado;
- Balanço da organização social indica que o Município está inadimplente com os repasses que poderá levar à futuras demandas judiciais de elevado valor;
- Relatório de auditoria anterior efetuado pelo TCU indica pagamentos sem comprovação documental e senegação de documentos e informações àquele órgão;

CONCLUSÃO:

- A CPI entende que este contrato de terceirização, demonstra conduta irregular e de total falta de transparência na gestão, devendo ser objeto de representações perante os Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho, e ainda de requerimento de nova auditoria aos Tribunais de Contas do União e do Estado do Paraná, para oitiva conjunta de nova fiscalização, pois está comprovado que os gestores não somente não colaboraram com o órgão de controle, mas senegaram documentos e informações, e atualmente mantém o referido contrato, o qual está classicamente relatado que afronta o Princípio da Legalidade e causa prejuízos na operacionalização das verbas devidas à área da saúde;